

**CAROLINE PAIVA AIRES**

**TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PELOS  
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO ENTORNO DO RIO  
AQUIDAUANA: O CASO DA POUSADA SOL AMARELO EM DOIS  
IRMÃOS DO BURITI/ MS E DO PESQUEIRO 110 EM ANASTÁCIO/  
MS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA  
CAMPUS DE AQUIDAUANA  
AQUIDAUANA – MS  
2008**

**CAROLINE PAIVA AIRES**

**TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PELOS  
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS NO ENTORNO DO RIO  
AQUIDAUANA: O CASO DA Pousada SOL AMARELO EM DOIS  
IRMÃOS DO BURITI/ MS E DO PESQUEIRO 110 EM ANASTÁCIO/  
MS**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA  
CAMPUS DE AQUIDAUANA  
AQUIDAUANA – MS  
2008**

### Ficha Catalográfica

Aires, Caroline Paiva  
Transformação socioambiental pelos empreendimentos turísticos no entorno do rio  
Aquidauana: o caso da Pousada Sol Amarelo em Dois Irmãos do Buriti/ MS e do Pesqueiro  
110 em Anastácio/ MS  
Caroline Paiva Aires - Aquidauana, MS: (s.n.), 2008  
Orientador: Milton Augusto Pasquotto Mariani  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
1. Homem e natureza. 2. Impactos socioambientais. 3. Turismo.  
I. Aires, Caroline Paiva. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de  
Aquidauana. III. Título.

A Dissertação apresentada por **Caroline Paiva Aires**, intitulada “**Transformação socioambiental pelos empreendimentos turísticos no entorno do rio Aquidauana: o caso da Pousada Sol Amarelo em Dois Irmãos do Buriti/ MS e do Pesqueiro 110 em Anastácio/ MS**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em **Geografia** à Banca Examinadora da universidade Federal de Mato Grosso do Sul *Campus* de Aquidauana.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Doutor Milton Augusto Pasquotto Mariani  
Orientador

---

Prof. Doutor André Luiz Pinto

---

Prof. Doutor Júlio César Gonçalves

Aquidauana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

Dedico à meus familiares e  
amigos.

## AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a realização das pesquisas, em especial:

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, pela dedicação e paciência em todas as horas;

Aos professores Dr. André Luiz Pinto e Dra. Edna Maria Facincani pelo estímulo para seguir com os estudos e pesquisas;

Aos Professores, mestre Elisângela Martins de Carvalho e mestre Marcos Pereira Campos, pela digitalização cartográfica e paciência inesgotável, respectivamente;

A todos os colegas e professores do Programa de Mestrado, e ao coordenador Prof<sup>o</sup> Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins.

“Todas as coisas são interligadas como o sangue que une uma família. O que acontecer com a Terra, acontecerá com seus filhos. O homem não pode tecer a trama da vida; ele é meramente um dos fios. Seja o que for que ele faça à trama, estará fazendo consigo mesmo.

*(Chefe Seattle) (Pádua, 1997)*

## RESUMO

O turismo, bem como outras atividades econômicas, tem contribuído para inúmeros processos de degradação no meio. Essa atividade é considerada sem dúvida menos impactante que as demais, contudo, a falta de infra-estrutura adequada, o pouco profissionalismo, a falta de estudos e planejamento prévio e a deficiência nas fiscalizações governamentais contribuem para que os impactos ambientais possam vir a tornarem-se irreversíveis, principalmente quando envolve um ecossistema complexo ligado diretamente a uma bacia hidrográfica de expressa importância. O objetivo desse trabalho resume-se em avaliar as transformações socioambientais e culturais que ocorrem no trecho de planalto, devido ao incremento da atividade turística, ainda pouco estudado, e dentro do mesmo salientar os problemas que o homem traz ao ambiente principalmente em questão dos resíduos sólidos – lixo, destacar o trabalho dos órgãos públicos para minimizar as modificações do ambiente procurando um nível de sustentabilidade, e avaliar os impactos que pessoas direta ou indiretamente podem sofrer com a implantação dessas propriedades. Para a execução deste trabalho foram utilizados métodos como levantamentos bibliográficos sobre os assuntos relacionados; aplicaram-se questionários para aferir as hipóteses, além das técnicas de observações; a elaboração de mapas de localização, a tabulação de dados e fotografias foram essenciais para a melhor explanação da pesquisa. O trabalho demonstra as realidades dos órgãos públicos, empresários e da própria população autóctone em relação aos ambientes naturais, que apesar das propriedades estudadas Pousada Sol Amarelo e Pesqueiro 110 serem localidades privadas, os danos ambientais causados nesses locais afetam todo o sistema que o cerca principalmente por estar ligado a uma rede de drenagem expressiva, além das alterações sociais e financeiras que essas empresas trazem apesar de serem de pequeno porte.

**Palavras - chave:** Homem e natureza. Impactos socioambientais. Turismo.

## ABSTRACT

The tourism and other economic activities has contributed to numerous cases of degradation in the environment. This activity is considered certainly less impressive as the others, however, the lack of appropriate infrastructure, a little professionalism, the lack of prior studies and planning and disability checks on government contribute that environmental impacts are likely to become irreversible, especially when it involves a complex ecosystem connected directly to a basin of importance expressed. The objective of this work is summarized in assessing the social and cultural transformations occurring in the stretch of plateau due to the increase in tourist activity which is little studied yet, and within the same point out the problems that man brings to the environment mainly concerned waste Solid - garbage, highlights the work of public agencies to minimize the changes of the environment looking for a level of sustainability, and assess the impacts that people may suffer directly or indirectly with the deployment of these properties. For the implementation of this work, bibliographical survey on matters relating; applied to questionnaires to gauge the chances, in addition to the technical observations; preparation of maps of location, the tabulation of data and photos were used and they were essential to the best explanation of the search. The work shows the realities of public agencies, entrepreneurs and their own indigenous population in relation to natural environments, although being private properties which were studied in this search, Pousada do Sol Amarelo and Pesqueiro110, the environmental damage at these sites affect the entire system that surrounds mainly to be connected to a network of a expressive drainage, in addition to the financial and social changes that bring these companies despite being a small one.

**Key Words** - : Man and Nature. Social environmental impacts. Tourism.

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Entrada da Pousada.....	64
FOTO 2a: Lado direito da represa – vestígios dos estragos feitos pela enchente e restos de construção.....	66
FOTO 2b: Vestígios dos estragos feitos pela enchente e restos de construção.....	66
FOTO 3a: Represa que hoje configura um dos atrativos do local.....	67
FOTO 3b: Represa que hoje configura um dos atrativos do local.....	67
FOTO 3c: Represa que hoje configura um dos atrativos do local.....	68
FOTO 4: Fachada da pousada Sol Amarelo .....	69
FOTO 5: Entrada da Propriedade .....	69
FOTO 6: Entrada da Pousada Sol Amarelo.....	70
FOTO 7a: Fachada do Pesqueiro 110.....	71
FOTO 7b: Fachada do Pesqueiro 110 .....	71
FOTO 8: Entrada do Pesqueiro 110 .....	72
FOTO 9: Mata ciliar inexistente e construções irregulares .....	74
FOTO 10: Construção ao lado do córrego que se direciona ao Rio Aquidauana.....	74
FOTO 11: Restaurante do Pesqueiro 110.....	75
FOTO 12: Tamanduá Bandeira atropelado em frente da Pousada e Pesqueiro Ipê/ BR 262 .....	77
FOTO 13a: Piscinas sujas com lodo beneficiam a proliferação de doenças/ Pesqueiro 110 .....	79
FOTO 13b: Piscinas sujas com lodo beneficiam a proliferação de doenças/ Pesqueiro 110 .....	80
FOTO 14: Apartamentos da Pousada Sol Amarelo.....	80
FOTO 15: Piscina da Pousada Sol Amarelo.....	81

FOTO 16: Play Ground, ambiente totalmente modificado/ Pousada Sol Amarelo.....	85
FOTO 17: Freezer de um sorvete vendido em qualquer centro urbano/ Pesqueiro 110.....	86
FOTO 18a: Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110 .....	89
FOTO 18b: Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110 .....	89
FOTO 18c: Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110 .....	90
FOTO 18d: Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110 .....	90
FOTO 19: Mata Ciliar na Propriedade Pousada Sol Amarelo, o Rio Aquidauana ao fundo .....	94
FOTO 20: Retirada da mata ciliar para implantação de redário/ Pesqueiro 110.....	95
FOTO 21: Redário no barranco do Rio/ Pesqueiro 110 .....	95
FOTO 22a: Queima do lixo na propriedade Pesqueiro 110 .....	97
FOTO 22b: Queima do lixo na propriedade Pesqueiro 110 .....	97
FOTO 23: Queima do lixo da propriedade Pesqueiro 110 a poucos metros do Rio .....	98
FOTO 24: Sacos com lixo, espalhados/ Pousada Sol Amarelo.....	99
FOTO 25: Lixo próximo ao Rio/ Pousada Sol Amarelo .....	99
FOTO 26a: Cenário do Pesqueiro 110/lixos espalhados .....	100
FOTO 26b: Cenário do Pesqueiro 110/lixos espalhados.....	100
FOTO 27a: Lixo queimado próximo ao Rio/ Pesqueiro 110 .....	101
FOTO 27b: Lixo queimado próximo ao Rio/ Pesqueiro 110 .....	102
FOTO 28: Lixo próximo ao Rio e falha na Mata ciliar/ Pousada Sol Amarelo .....	102
FOTO 29: Lixo espalhado próximo ao Rio/ Pousada Sol Amarelo .....	103
FOTO 30: Tambores para facilitar a separação do lixo/ Pousada Sol Amarelo.....	104

**LISTA DE MAPAS**

MAPA 1: Localização do Pantanal de MS.....	53
MAPA 2: Localização da área de estudo .....	54

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: Homem diante da natureza.....	23
FIGURA 2a: Conseqüência do descaso com o meio.....	38
FIGURA 2b: Conseqüência da conservação do meio.....	38
FIGURA 3: O valor do Marketing .....	55
FIGURA 4: Planalto de Maracaju – Campo Grande.....	56

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: Grau de satisfação com o empreendimento .....	78
GRÁFICO 2: Questão previdenciária dos funcionários.....	83
GRÁFICO 3: Procedência dos funcionários dos empreendimentos em estudo.....	84
GRÁFICO 4: Procedência dos visitantes da Pousada Sol Amarelo.....	92
GRÁFICO 5: Procedência dos visitantes do Pesqueiro 110.....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
1.1 CONSUMO DA NATUREZA.....	23
1.2 TURISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	31
1.3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E MEDIDAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	35
1.4 DIREITO AMBIENTAL.....	40
<b>2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TURÍSTICA DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>51</b>
2.1 DOIS IRMÃOS DO BURITI/ MS.....	58
2.2 ANASTÁCIO/ MS.....	59
2.3 AQUIDAUANA/ MS.....	59
2.4 A ATIVIDADE DO TURISMO EM AQUIDAUANA E REGIÃO.....	61
<b>3. TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS .....</b>	<b>63</b>
3.1 Pousada Sol Amarelo – Dois Irmãos do Buriti/ MS.....	64
3.2 Pesqueiro 110 – Anastácio/ MS.....	71
3.3 INVESTIMENTOS: UMA GARANTIA DE CONTINUIDADE .....	76
3.4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS.....	81
3.5 A “MUNDIALIZAÇÃO” DOS ESPAÇOS .....	85
3.6 PODER PÚBLICO, LIXO, EMPRESÁRIADO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMBINAÇÃO QUE PODE DAR CERTO .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>127</b>



O turismo como atividade econômica, nos últimos anos, despertou interesse em muitos empresários e passou a exigir mais atenção do poder público por ser uma atividade que varia conforme a busca, o pensamento, a necessidade de determinado grupo de pessoas ou simplesmente por influência da mídia, assim surgiram vários tipos de turismo: turismo de aventura, turismo de lazer, turismo ecológico, turismo rural, de pesca, entre outros. Para cada tipo de turismo há exigências diversas que impõem grandes mudanças onde se instala essa atividade econômica.

Para muitas regiões e autores, o turismo foi considerado o grande “milagre econômico”, por ser uma atividade que inicialmente não necessita de grandes investimentos, principalmente quando se trata de turismo em ambientes naturais em que a paisagem é o próprio produto, mas para melhor compreender o turismo como atividade econômica, é interessante compreendê-lo dentro de uma visão mais ampla, entendê-lo como um processo que envolve a sociedade e não apenas como algo que pode ser apenas contabilizado, como pensa Rodrigues (2001).

O turismo ainda não pode ser considerado uma ciência por não ter um objeto de estudo definido, mas Magalhães (2002) encara o turismo como uma ciência nova e que recebe contribuições de várias ciências, principalmente da Geografia, pois antes de se tornar uma atividade econômica o turismo é um fenômeno social e espacial em que o principal ator é o homem que se desloca no espaço modificando-o.

Ao dar ênfase ao espaço modificado AB’Sáber (2003) lembra que as paisagens são “heranças”, é uma transformação acumulativa; nas cidades essas modificações ocorreram de forma brusca e irresponsável em sua maioria, sem grande valorização do meio, o que acarreta problemas socioambientais. Somente a partir da década de 70, conforme Magalhães (2002) as questões ambientais tornaram-se preocupação mundial iniciou-se maiores cobranças ao alterar o espaço.

As áreas rurais, que ainda guardam grandes fontes naturais, passaram a ser mais bem fiscalizadas e as alterações bruscas e sem estudos prévios estão sendo coibidas, ainda não de maneira eficiente, mas eficazmente.

Para melhor análise desses problemas, busca-se na história a importância do cuidado com o meio. A avaliação de impactos ambientais (AIA) foi institucionalizada em diversos países e guiou-se pela experiência Norte – americana. Em 1969, os Estados

Unidos aprovaram o *National Environmental Policy Act* – NEPA, que corresponde, no Brasil, à Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. O NEPA instituiu a execução de Avaliação de Impacto Ambiental interdisciplinar para projetos, planos, programas e para propostas legislativas de intervenção no meio ambiente. O documento, que apresenta o resultado dos estudos produzidos pela AIA, recebeu o nome de Declaração de Impacto Ambiental, essa declaração foi um eficiente instrumento de conscientização da população americana, pois a englobava para decisões sobre as questões ambientais.

Após o encontro de Estocolmo (1972) empresas, centros de pesquisa como Universidades geraram ampla literatura especializada sobre AIA e EIA/ RIMA. A partir desse ponto, as decisões políticas de produção passaram a planejar o lado ambiental, antes, somente avaliava-se o parâmetro econômico – financeiro, como fora destacado por Magalhães (2002).

A avaliação de impactos ambientais (AIA) passou a ter consolidação a nível mundial a partir da década de 1980, e aumenta a cada dia a consciência a esse respeito, pelos grandes desequilíbrios, que passaram a afetar diretamente o dia-a-dia dos seres.

Alguns requisitos fazem parte da base da AIA no Brasil, tais como:

- criar procedimentos de licenciamento ambiental específicos, conforme os tipos de atividades;
- treinar equipes multidisciplinares na elaboração de EIA/ RIMA;
- treinar pessoal dos órgãos de meio ambiente para analisar os casos de AIA no País;
- gerar instruções e guias específicos para conduzir os diferentes tipos de estudos, de acordo com as características dos projetos propostos.

Passado mais de 15 anos da institucionalização da AIA no Brasil, pode-se constatar que o EIA/ RIMA tem auxiliado os órgãos de meio ambiente na tomada de decisão quanto à concessão de licenças ambientais e servindo como instrumento de negociação entre os agentes envolvidos nos projetos propostos. Todavia, os EIA/ RIMA têm contribuído muito pouco para aperfeiçoar a concepção dos projetos propostos e para a gestão ambiental no seu todo.

A atividade turística, principalmente em meio rural, é uma atividade que causa várias transformações no ambiente seja de cunho econômico, social ou ambiental, esses Estudos de Impactos Ambientais, são de grande valia nessas áreas.

Devido à ação modificadora do turismo, deve-se ter equipe multidisciplinar para avaliar os impactos ambientais (IA), pois a avaliação de IA não deve ser vista como despesa e sim investimento, que com acompanhamento correto trará lucros contínuos. Não se contrata profissionais para elaborar AIA que o proprietário do empreendimento quer, mas sim para que eles realizem obras e manejos adequados ao ambiente.

O rio Aquidauana, que corta o Estado do Mato Grosso do Sul de nordeste para oeste, que é tributário do rio Miranda, que por sua vez é afluente do rio Paraguai, que drena o Pantanal Sul, tem à sua margem esquerda em seu médio curso a localização das duas propriedades de pequeno porte, a Pousada Sol Amarelo, em Dois Irmãos do Buriti/ MS e o Pesqueiro 110, no município de Anastácio/ MS, que selecionadas para exemplificar as transformações socioambientais e culturais que ocorrem nesse trecho de planalto, devido ao incremento da atividade turística, salientando os problemas que o homem traz ao ambiente, principalmente em questão dos resíduos sólidos – lixo, demonstrando o trabalho dos órgãos públicos, para minimizar as modificações do ambiente, procurando um nível de sustentabilidade, e avaliação dos impactos, que pessoas direta ou indiretamente, podem sofrer com a implantação dessas propriedades.

Tal pesquisa se justifica na busca de avaliar as informações disponíveis e as transformações desse território, nos quais seus proprietários não dispõem de grandes recursos tecnológicos e financeiros para investir no planejamento, gestão e manejo, o que levou seus concorrentes a falência ou fechamento pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Como lembra Gonçalves (2006), o Brasil devido a sua ocupação histórica, até hoje é distribuído em grandes latifúndios, até então, destinados à pecuária e à agricultura, contudo nos últimos anos, com a queda oscilante dessas atividades, muitas propriedades começaram a ser desmembradas em pequenas propriedades passando a ter novas finalidades até mesmo pela sua extensão.

No Mato Grosso do Sul, muitas propriedades foram desmembradas e pela existência de ricos atributos turísticos, quer do patrimônio natural, histórico e cultural, o turismo passa a ser uma alternativa econômica crescente, em especial na bacia do Alto Paraguai, onde em sua borda ocidental se localiza o Planalto de Maracaju/ Campo Grande.

Até meados de 1990, o turismo de pesca na região era a modalidade que sobressaía, ainda existem muitos pesqueiros ao longo do rio Aquidauana, contudo essa

atividade apenas trouxe lucros imediatos e muitos desequilíbrios ambientais, principalmente, a brusca queda da sua piscosidade e o consecutivo desinteresse dos pescadores.

Algumas propriedades utilizam a atividade turística para usufruírem da terra, como a Pousada Sol Amarelo, que possui licenciamento para funcionamento, e o Pesqueiro 110, que ainda encontra-se não licenciado, apesar de anos de funcionamento. Essa problemática não quer condenar, inicialmente, uma ou outra propriedade, apenas utilizou-se essa diferença como um dos métodos de escolha das propriedades; outro método foi pelo fato de ambas terem como principal atrativo o Rio Aquidauana. As propriedades ficam à margem esquerda do rio supracitado, contribuindo de forma agressiva ou branda para inúmeras famílias que necessitam do Rio e sofrem as conseqüências da instalação desses empreendimentos, a influência é negativa, mas necessitam das propriedades financeiramente, seja pelo trabalho direto ou indireto.

Tendo definido as áreas de estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica direcionada ao Turismo, meio ambiente e medidas dos órgãos públicos em relação às áreas naturais, com o intuito de ampliar a visão do que está sendo denotado na prática e o que poderia ser feito para aproximar-se do que a comunidade científica e as leis apresentam. Em seguida, elaboraram-se questionários, previamente testados nas propriedades Toca da Onça, Pousada Cachoeira do Campo, *Day Use* Itajú, todas às margens do rio Aquidauana e após algumas alterações aplicadas nas áreas estudadas. Os mesmos se encontram em anexo (anexo 1: Questionário para os proprietários) para melhor mensurar os dados, no entanto, o mesmo serviu apenas como direcionador de entrevistas e conversas informais com os proprietários e alguns funcionários, pois, viu-se nesse método, que o entrevistado com o desenrolar da conversa, fica mais à vontade e menos restrito passando informações que muitas vezes, um questionário, por falta de conhecimento de certas peculiaridades, o elaborador peca em algumas situações.

Entrevistas em órgãos públicos, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e Polícia Militar Ambiental (PMA), ambos do município de Aquidauana/ MS, também se fez necessário para a discussão de resultados (anexo 2: Entrevista – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Aquidauana/ MS e anexo 3: Entrevista – Polícia Militar Ambiental - Aquidauana/ MS).

Outros dados que mostraram certa desatualização, por parte dos órgãos públicos, também se encontram em anexo (anexo 4: Informações da Secretaria de Turismo – Aquidauana/ MS).

Mapas de localização das propriedades e de divisão dos pantanais com o planalto, também foi necessário para melhor localizar as áreas estudadas dentro do contexto geográfico estadual.

Registros fotográficos foram de suma importância, pois transmitem uma visão mais próxima do real para o leitor, o que evita conclusões destorcidas.

A dissertação divide-se em três capítulos, sendo complementada pela introdução, que tendeu a explicar o que foi discutido nas próximas páginas; o primeiro capítulo destinou-se a uma fundamentação teórica em que se aborda a presença do homem no meio ambiente e seus impactos, as áreas rurais e o domínio do urbano, impacto ambiental, turismo e o Direito Ambiental; o segundo capítulo dedicou-se à caracterização geográfica e turística da área de estudo; o terceiro capítulo salientou a análise socioambiental dos empreendimentos Pousada Sol Amarelo e Pesqueiro 110 respectivamente, seguido das considerações finais.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

O homem para Seiffert (2007, p. 5) criou seu próprio mundo, o mundo de tecnologia, “independente do mundo natural”. Esse novo ambiente que visa atender as “necessidades” diárias do homem, no entanto, é muito entrópica, muito mais que o meio natural que conhecemos, ou seja, utiliza-se de determinado espaço insustentavelmente como se a natureza fosse um abastecedor infinito de matéria-prima sem necessitar de cuidados. E essa forma de transformação do meio para o consumo traz conseqüências.

### 1.1 CONSUMO DA NATUREZA

Valente (1999) lembra que o sistema econômico prega o consumo desenfreado da natureza, mas até quando a mesma suportaria? Conforme o próprio autor a natureza é uma fonte de recursos esgotáveis, até mesmo os produtos considerados antes renováveis estão se tornando não-renováveis. E é nesse momento, quando a relação homem-natureza começa ter limites é que surgem as preocupações ambientais.

O homem ignora que faz parte deste sistema “não-homólogo”, como bem explica Christofletti (1999), um sistema que está em constante mutação, considera-se alheio a esse ou pelo menos as atitudes dos últimos anos leva a crer que o mesmo ignora as alterações bruscas que vêm causando com base na sua evolução desnorreada, contudo, para Seiffert (2007) o homem, ainda que em passos lentos, a partir da década de 70 começa a despertar para os problemas ambientais devido à queda de sua qualidade de vida fora dos braços da tecnologia.

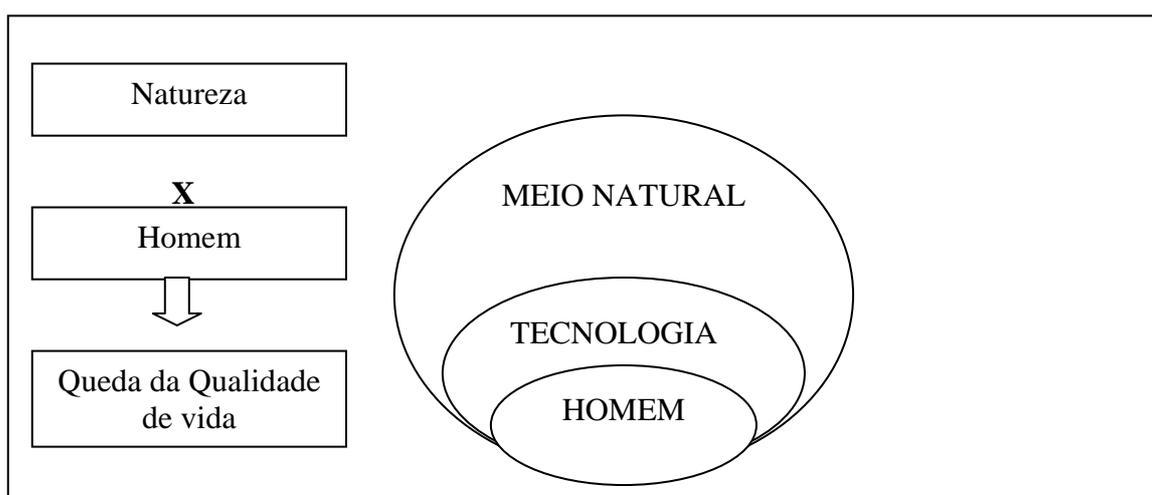


Figura 1 – Homem diante da natureza  
Fonte: Aires, 2008

A figura acima retrata o homem diante da tecnologia e da natureza; a tecnologia passou a englobar a maioria dos homens, o mesmo não sabe viver mais sem o conforto e a rapidez que a tecnologia proporciona para resolver suas questões diariamente, contudo, isso não trouxe a calma, o descanso que deveria, pelo contrário, o homem está cada dia mais agitado e trabalhando mais, buscando um conforto que nem ele mesmo sabe se realmente alcançará, se é que precisa.

Petrocchi (1998) afirma que apenas a partir da década de 80 é que a questão ambiental cresce e assume um caráter ideológico, tendo o poder de influenciar na política, na cultura e nas ciências contribuindo para o surgimento de novos paradigmas.

Mas foi com a Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCED), que ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, reunindo 172 países para discutir questões relacionadas aos problemas ambientais que de fato ocorreu a grande conscientização mundial. Vinte anos antes dessa conferência, desde a Conferência de Estocolmo, que também tratou de questões relacionadas ao ambiente, mas, de forma mais branda, que as questões ambientais, influenciaram mais nas discussões políticas, chegando à população em geral.

Foram temas dessa Conferência que é conhecida também por ECO 92 estratégias para a erradicação da pobreza, considerado um dos principais causadores dos problemas ambientais; as mudanças climáticas e a exploração da biodiversidade desses países; discutiram-se as possibilidades dos países desenvolvidos ajudarem os países em desenvolvimento em suas questões socioambientais; propor medidas tanto a nível nacional quanto internacional para a proteção do ambiente; e promover o aprimoramento da legislação ambiental.

Esse conjunto de discussões deu origem a Agenda 21 uma espécie de “Pacto Internacional” como referencia Seiffert (2007, p. 108).

Guerra e Cunha (2005, p 20) citam como senso comum que “os seres humanos, ao se concentrarem num determinado espaço físico, aceleram inexoravelmente os processos de degradação ambiental”, e diante dessa afirmativa é importante destacar a exploração de espaços naturais pelo homem, como forma de constante ampliação de territórios, sendo o turismo, uma dessas formas de uso da terra.

Conforme Gonçalves (2006, p. 181), dados da ONU mostram que apesar da urbanização acelerada e diante da imposição do urbano, até o ano de 2000, 53% da

população mundial ainda se encontrava em áreas rurais. Essa foi uma surpresa diante de como os núcleos urbanos são vistos; Leff (2001, p. 288) lembra a “urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência”, esses dados são curiosos, mas deve-se ressaltar que o rural sofreu muitas influências, passando mesmo a ser visto como mercadoria e não apenas como fornecedor de matéria-prima.

Para Moraes e Costa (1999, p. 161) o espaço é apropriado pelo capitalismo de duas formas “enquanto meio de produção o espaço é consumido produtivamente; enquanto condição de produção, improdutivamente”, no primeiro aspecto o capitalismo se apropria do espaço para retirar dele matéria – prima para impulsionar sua produção; já no segundo aspecto é um uso das “virtualidades do espaço não diretamente afetadas à produção imediata” é um uso sem fim específico de produzir um bem material, onde se podem considerar os espaços que são utilizados para o lazer.

Os espaços rurais voltados à agropecuária sofrem inúmeras formas de degradações: desmatamento para a criação de pastagem, o que acarreta desmoronamentos, voçorocas, etc; com a utilização dos agrotóxicos para o plantio, há grandes incidências de contaminação de rios, desertificação do solo, entre outros, no entanto, alguns problemas eram exclusivos de centros urbanos como, grande produção de lixo, Gonçalves (2006, p. 192) lembra:

É grande o impacto ambiental provocado pelo aumento da concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico, seja em cidades, seja em periferias. A concentração geográfica implica, por si mesma, questões ambientais que não se colocam quando a população está dispersa nas áreas rurais, como o lixo, o abastecimento de água, o saneamento básico, enfim, a saúde pública torna-se um problema ambiental de grande envergadura.

No entanto, esse comentário passa a ter pontos que o torna suscetível a questionamentos. Como referenciado, Magalhães (2002, p. 26) afirma que a partir da década de 70, teve início a explosão do Turismo que tem como base a “consciência ambiental” que, através do “ecoturismo”, que é definido pela EMBRATUR (1994) como segmento da atividade turística que utiliza sustentavelmente o patrimônio natural e cultural incentivando a conservação e visando a consciência ambientalista para trazer benefícios a população, tornou-se uma forma de marketing. Contudo, em algumas áreas esse tipo de turismo chegou mais tarde, na região pantaneira onde o turismo pesqueiro teve seu auge

atraindo inúmeras pessoas e somente nos últimos anos outros tipos de turismo como o rural, de aventura, de lazer, o próprio “ecoturismo”, entre outros, surgiram.

Juntamente com essa nova atividade econômica surgiram problemas nos ambientes rurais que são destinados a essa demanda. O grande número de pessoas que passaram a freqüentar essas localidades trouxe tanto as vantagens do urbano (energia elétrica, investimentos em estradas de acesso, infra-estrutura básica), quanto os problemas das cidades (poluição, lixo, crescimento da pobreza, etc).

Outro ponto interessante analisado por Gonçalves (2006, p. 193) é o da “pegada ecológica”, essa “pegada” foi um estudo realizado em algumas cidades do mundo para calcular os impactos ambientais, mostrando que os mesmos não são apenas locais. A exemplo, o autor retrata a população de Londres que equivale a 12% da população do Reino Unido, no entanto, “exige uma “pegada ecológica” de 21 milhões de hectares ou, simplesmente, toda a terra produtiva do Reino Unido”; o que se denota nessa pesquisa é que se o Reino Unido consegue sustentar apenas 12% de sua população, o restante terá sua “pegada ecológica” espalhada pelo o mundo, e quando se avalia a população global, como se cobre toda essa pegada? Como avaliar os impactos gerados em todo um sistema frágil, quando se utilizou apenas um pequeno espaço para a produção – turismo.

Gonçalves (2006) destaca ainda que, quando se trata de globalização e natureza, é uma miscigenação de várias fases da história que de alguma forma influência até hoje. O autor sugere quatro etapas do processo de globalização: a) O Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV até hoje); b) O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII até hoje); c) O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 até hoje) e o da Globalização Neoliberal ou período Técnico-científico-informacional<sup>1</sup> (dos anos de 1960 até hoje), esse último é diferenciado pelo desafio ambiental que enfrenta.

---

<sup>1</sup> Este é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos (...) (F. A. Ifavarez, 1970, 1971) Este período começa com o fim da 2ª Guerra Mundial. A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão.

A tecnologia da comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto. Isto é peculiar à natureza do sistema, em oposição ao que sucedia anteriormente, quando a propagação de diferentes variáveis não era necessariamente encadeada. (Santos, 1997, p 27)

Ressalta Gonçalves (2006) que ao se observar o dia-a-dia vemos vestígios da dependência de alguns países em relação às potências maiores, isso seria, ainda, uma espécie de colonialismo; a dependência do petróleo e outros fósseis que influenciam no cotidiano das pessoas e a produção desenfreada de artigos em série, que barateia o custo, para uma população com menor poder aquisitivo e, enfim, o período neoliberal em que a sociedade capitalista vê-se obrigada a avaliar a forma de uso dos recursos naturais explorados, pois, sem esses últimos nenhuma sociedade pode existir.

O autor citado considera que essas fases estão sobrepostas, e quando se discute a utilização do meio é importante ressaltar isso, pois o processo de globalização traz em si a exploração da natureza e uma distribuição desigual, quadro que não tem origem recente. E como lembra Ferreti (2002, p. 2 *apud* LARROQUE e BARRETO 2007, p. 17) “o ser humano não pode ser considerado uma “simples unidade de um ecossistema”, pois ele é, ao mesmo tempo, parte, causa e consequência das modificações que o ambiente vem “sofrendo” ao longo dessa evolução”.

A “dominação da natureza” até os anos 60, como lembra Gonçalves (2006, p. 61), não era uma “questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento”. O mesmo autor ainda destaca que esse desafio ambiental “está no centro das contradições do mundo moderno-colonial”; não basta “dominar a natureza”, mas considerar as problemáticas ambientais que passam a determinar limite para a utilização da natureza que se torna um processo de “desenvolvimento civilizatório”.

A mídia, veículo de maior alcance de informações, se vê dedicada por pressão dos ambientalistas a promover campanhas, propagandas em prol do meio ambiente e isso tem justificativas. A revista *Veja*, por exemplo, traz constantes matérias sobre os danos causados pelo efeito estufa sufocante, uma das heranças deixadas pelo homem; a situação dos pólos que derretem com maior rapidez, locais que eram cobertos pela neve e que hoje possuem áreas verdes como relata a reportagem “A fronteira final” de 11 de abril de 2007. Os ursos polares são os que mais sofrem com essa mudança brusca, pois estão perdendo sua área de caça e sendo obrigados a vasculhar lixo no Canadá, segundo o registro acima expunha, infelizmente esse é um dos problemas.

Tanto se discute sobre aquecimento global, mas poucos sabem o que realmente essa expressão significa. Aquecimento global

é causado pelo aumento de gases do efeito estufa na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono, resultado da atividade humana. Esses gases formam uma espécie de cobertor em torno do planeta, impedindo que a radiação solar, refletida pela superfície em forma de calor, se dissipe no espaço. O efeito estufa é um fenômeno natural, que garante as condições de temperatura e clima necessárias para a existência de vida na terra, mas com a ação do homem tornou-se sufocante. (Revista VEJA, 2007 p. 79).

E o que essa discussão, tem em relação com áreas rurais no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil? A Terra é um grande sistema complexo, o que acontece nos pólos ou em qualquer outro ponto do planeta se reflete em todo o mundo. Conforme o exposto, o aquecimento é global, e devido a um conjunto de ações com maior ou menor proporção de toda a humanidade, saiu do seu ritmo natural. As conseqüências dessas alterações na temperatura já apresentam modificações no clima de toda a Terra, quando, há algumas décadas atrás, teríamos furacões no Brasil? Sabe-se o que fazer, mas não se desfaz das “necessidades” que se criam no cotidiano.

As discussões e atitudes relacionadas aos impactos ambientais têm tido grandes proporções, o filme “Uma Verdade Inconveniente”<sup>2</sup> trabalho de “defensores” do meio ambiente mostra os graves problemas que o aquecimento global e a poluição vêm ocasionando, de outro lado pesquisadores alertam governos e população para esse mal, no entanto a exemplo de geógrafos humanos e físicos, como bem lembra Guerra e Cunha (2005 p. 19), limitam-se muito em seus estudos, pois “a geografia humana permanece alheia à dinâmica da natureza, tanto quanto a geografia física à dinâmica da sociedade”, não há como separar essas linhas se as mesmas se entrelaçam a todo o momento, sem deixar de ressaltar que a questão ambiental não é mais específica a geógrafos, oceanógrafos, etc, tornou-se uma questão interdisciplinar que exige contribuição de várias ciências cada uma diante de seu ângulo de estudo.

(...) a aceleração, não mais da história (...) mas a aceleração da própria realidade, com a nova importância deste tempo mundial em que a instantaneidade apaga efetivamente a realidade das distâncias, destes intervalos geográficos que organizavam, ainda ontem, a política das nações e suas coalizões (...). Se não há um fim da história, é então ao fim da geografia que nós assistimos. (VIRÍLIO, 1997, p. 17)

O autor, talvez, tenha sido um tanto radical, não seria o fim da geografia e sim uma modificação no contexto da mesma. Como já mencionado, não há mais como separar

---

<sup>2</sup> Filme dirigido por Davis Guggenheim, produzido por Lawrence Bender, Scott Burns, Scott Z. Burns, Laurie David; foi lançado em 02 de Novembro de 2006, do gênero documentário, duração de 100 minutos.

literalmente a geografia física da humana e deve-se analisar que o humano pode influenciar no meio mesmo estando a quilômetros de distância.

Como lembra Gonçalves (2006, p. 207), em 1946, Josué de Castro já escrevia que o principal problema ambiental era a fome, isso ele dizia antes mesmo da questão ambiental entrar em pauta, e analisando desse ângulo o autor estava à frente de muitos ambientalistas contemporâneos. Observando essa linha de pensamento, lembra-se que a base das espécies é a alimentação, acasalamento e abrigo e foi buscando suprir essas necessidades que a humanidade evoluiu, modificando o meio para sobreviver.

Já para Silva (1998, p. 348) uma das razões para o alerta ambiental foi a pobreza, principalmente a gerada com a Segunda Guerra Mundial; para aliviar a pobreza segundo o autor, além de expandir a Previdência Social, no caso do Brasil, houve um envolvimento direto “de ambientalistas com problemas de poluição e qualidade de vida em geral”.

No século XXI vive-se uma mundialização dos meios (comunicação, gostos, etc) e no que diz respeito ao aumento dos problemas ambientais, Gonçalves (2006, p. 222) ressalta que no Brasil abandonou-se a rotação de culturas que existia há décadas em ascendência de uma monocultura que “acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial – financeiro altamente oligopolizado. E, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias, como do país como um todo”. Vive-se e produz-se para o externo, não há um plano voltado para o nacional e não se avalia o maior problema, enquanto poucos no país ganham com exportações não se analisa as perdas ambientais, pois ainda conforme o autor, por exemplo:

...no antigo sistema de rotação de culturas, a soja, na verdade, subsidiava o solo com azoto (nitrogênio) e, além disso, a criação de animais garantia não só o descanso da terra, como também parte do adubo (esterco) e, com isso, proporcionava as condições ideais para o cultivo exigente do trigo. (GONÇALVES, 2006 p. 223).

Essa é uma parte da nossa “Verdade Inconveniente” que claramente traz danos ambientais, mas ao trazer lucro imediato são desconsiderados.

A globalização ou mundialização é o que tem originado uma produção desenfreada em que o lucro vale mais que os estragos, pois conforme Gonçalves (2006, p. 12) “cada vez mais, as pessoas começam a construir uma nova comunidade de destino, em que a vida de cada um já não se acharia mais ligada a lugar nenhum”. No entanto, ainda de acordo com o autor, o que se deve refletir é que quem induz a super valorização do global

em detrimento do local são os grandes detentores do capital transnacional que necessitam abrir mercados e impor seus produtos, e o que se observa são pequenos proprietários querendo seguir o mesmo ritmo e falir ou trazer malefícios ao ambiente do qual utiliza, por falta de infra-estrutura.

Para Gonçalves (2006, p. 13), na década de 70, a idéia de globalização foi para ecologistas e executivos motivo de superação de fronteiras e das barreiras locais e nacionais; foi a conformação com o prático, o técnico; até mesmo a problemática ambiental como uma questão ética, filosófica e política desviada para “um caminho fácil que nos tem oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas da poluição, desmatamento, de erosão”, de maneira um tanto contraditória, como o mesmo observa, pois, essas técnicas são criadas pela mesma sociedade que não consegue viver sem danificar o meio.

Conforme Pinto *et al* (2007) a problemática ambiental deve ser entendida como um todo, não tem como analisar os problemas ambientais e chegar a conclusões estudando os elementos de forma separada, lembrando que se considera elemento o próprio homem, ser que tem a capacidade de alterar com facilidade o meio.

Considerando essa afirmativa, o estudo do ambiente deve ser encarado numa ótica centrada na totalidade dos elementos e com isso relacionando-os numa perspectiva sistêmica.

Sob tal análise Guerra e Cunha (2005, p. 115) consideram sistema como “um conjunto de unidades com relações entre si. Essas unidades possuem propriedades comuns”. Os autores lembram que o sistema é organizado, pois há uma inter-relação dos elementos integrantes e faz relação com Christofolletti quando realça a modificação de qualquer organismo quando há o input de um objeto alterando o output muitas vezes de maneira inesperada.

Seguindo ainda a Teoria Geral dos Sistemas Christofolletti, (1999 *apud* SILVA 2007, p. 14) designa sistema “como conjunto de partes que complexamente se interagem entre si, formando uma totalidade dinâmica, em constante transformação de sua estrutura, devido aos diversos fluxos de energia e matéria, ao longo do tempo e do espaço”. Christofolletti (1987, p. 123) afirma ainda que “ao romper o equilíbrio do sistema natural, outros componentes do meio físico e socioeconômico tendem a se modificar”.

Incrementando o raciocínio dos autores acima, Tricart (1976, p 19) afirma que o conceito sistema é o melhor instrumento lógico de que se dispõe para estudar os problemas ambientais, definindo-o como: “um conjunto de fenômenos que se processam, mediante fluxos de matéria e energia, e que esses fluxos originam relação de dependência mútua entre fenômenos”.

Guerra e Cunha (2005) tratam o sistema como uma bolha dentro de um grande ambiente, sendo a matéria e a energia componentes externos que ligam-na a esse ambiente, se focar por esse ângulo então, ter-se-á sistemas que ao mesmo tempo são elementos de organismos maiores, formando um todo.

O mundo atualmente é um sistema de processo-resposta que segundo Guerra e Cunha (2005, p 117) funciona “conforme as condições do fornecimento de matéria e energia”, havendo, então, uma interação de processos e formas. Infelizmente, nos últimos anos essa junção não vem trazendo bons resultados.

Retomando com Christofletti (1993 *apud* NETO 2005) os sistemas ambientais são organizados pelos processos físicos e biológicos, contudo a intervenção do homem acrescentou características dos sistemas socioeconômicos. São os resultados das modificações próprias do ambiente juntamente com as ações humanas. Nesse comentário não se exclui o homem da relação natural com o meio, mas o mesmo não pode ser encarado como qualquer outro animal devido seus avanços tecnológicos e sua ambição por conquistas de áreas e modificações das mesmas para seu bem estar, como já dito.

## 1.2 TURISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Várias foram às atividades econômicas desenvolvidas pelo homem para saciar suas “necessidades” fisiológicas e sociais trazendo danos incalculáveis ao ambiente. Berríos (2002) enfatiza que o cotidiano do homem foi modelado diante dos objetivos das indústrias e de sua tecnologia, que através do marketing induz à criação dessas “necessidades” que incutem gastos, direcionam ao consumismo para atender o mundo da mercadoria e serviços o que traz o acúmulo de lucro – objetivo do capitalismo.

Uma das atividades advindas do capitalismo para saciar necessidades sociais é a atividade turística. Deve-se deixar claro que não se critica as novas formas econômicas, contudo salientam-se as formas errôneas que o homem as dirige, simplesmente por deixarem os estudos e pesquisas em segundo plano. Essa atividade econômica que atinge

todas as partes do globo nasceu com o capitalismo, destacou-se a partir do século XIX, conforme Magalhães (2002).

Como ressalta Rodrigues (1996 p. 17):

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território – nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinas – na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas, savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares.

A atividade turística apresenta-se em inúmeras formas (turismo de lazer, turismo rural, turismo de aventura, etc), mas independente do tipo de turismo deve-se salientar que Turismo é uma atividade estritamente urbana, independentemente em área rural.

Bauer e Roux (1976) e Freire (1985 *apud* PORTUGUEZ *et al* 2006, p. 271) compartilham da idéia do “rurbano” os primeiros autores encaram esse fenômeno como um paradigma que modifica os sistemas de valores mitificando o urbano e o moderno como arquétipos culturais, para eles é um conceito socioespacial e moral que define a urbanização sociocultural de todo o território rural, o último autor acrescenta que essa “rurbanização”, traz desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, e com isso, o meio rural perde na qualidade de vida que antes proporcionava.

Já Tulik (2003, p. 10) considera que “estabelecer a distinção entre o urbano e rural é, (...) uma prioridade e uma das questões críticas para o estudo das manifestações do turismo no espaço rural”. Contudo, Tulik (*apud* PORTUGUEZ *et al* 2006, p. 271) conclui ainda que o urbano e o rural não possuem limites definidos formando áreas intermediárias. A atividade turística em muitos casos, quando implantado em áreas rurais, transforma essas áreas em locais de transição: é o ambiente rural com o conforto da cidade.

Kayser (1990) classifica essa alteração no meio rural como “neo-rural” que seria uma interpretação da urbanização nos espaços rurais, uma forma de renascimento e revitalização do rural. Esse novo modelo induz a uma nova codificação de espaço campestre com cuidados e conforto.

Percebe-se que os limites do rural e do urbano não são absolutos, nem mesmo rígidos. Existem áreas intermediárias nas quais características urbanas e rurais se misturam.

As localidades rurais que hoje se dedicam à atividade turística influenciam muito nessa mudança no espaço e no comportamento das pessoas que ali vivem; o contato direto ou indireto com pessoas de grandes cidades, com novos hábitos (roupas, idiomas, paladares) faz as pessoas do campo buscarem novos meios de vida, ao conhecerem o conforto que a modernidade traz, eles não querem ficar restritos a vida simples do campo, como eram as pessoas que apenas lidavam com o gado e a agricultura sem muita tecnologia.

Outro motivo dessa modificação cultural é que o turismo exige certa profissionalização dos funcionários, o que faz empresários do campo contratar pessoas da cidade, substituindo “as pessoas com uma cultura mais rústica”, é preferível para eles fazer com que as pessoas da cidade “decorem a história do local, criando todo um cenário para o turista” do que, começar do zero ensinando as pessoas do campo a lidarem com a tecnologia (computadores, Internet, fax), aprenderem novos idiomas e tratar o turista como ele deseja.

No entanto, o turismo antes de tudo é um fenômeno social e a partir dessa busca do novo, do diferente, aliado as novas condições sociais: férias remuneradas, tempo disponíveis para viajar, desenvolvimento dos meios de transportes, etc, esse conjunto fez surgir essa atividade.

Garcia (1995, p. 52) define o turismo como

(...) las actividades de las personas que se desplazan a un lugar distinto al de su entorno habitual por menos de un determinado tiempo y por un motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado y donde: a) La noción de entorno habitual excluye como turísticos los desplazamientos dentro del lugar de residencia y los que tienen carácter rutinario. b) La noción de duración por menos de un determinado tiempo implica que se excluyen las migraciones a largo plazo. c) La noción motivo principal distinto al de ejercer una actividad que se remunere en el lugar visitado implica que se excluyen los movimientos migratorios de carácter laboral.

Já para Torre (1992, *apud* MARIANI 2000, p. 29) é considerado

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural.

Tais definições tratam mais o turismo como fenômeno social, no entanto, deve-se destacar que esse descanso, esse prazer, são obtidos mediante pagamento, é a junção da atividade social com a econômica. Barreto (1997, p. 130) chega afirmar que, em geral, a ciência do turismo relaciona-se diretamente com a sociedade, enquanto suas técnicas ligam-se à administração de empresas e a otimização dos negócios.

O turismo como atividade econômica, como mencionado, já foi considerado como “milagre econômico”, pois é uma atividade que cria valores para determinada localidade, Nicolás (1996, *apud* MARIANI 2000, p. 26) diz que o turismo faz destacar valores que pela lógica de produção certas localidades não teriam, transforma uma terra sem grande infra-estrutura em parque para acampamento, casas antigas em pequenas pousadas, tudo se torna produto.

O turismo também é encarado como atividade sustentável, através do turismo alternativo que seria o oposto ao turismo de massa do início da década de 1960 e 1970 (turismo praiano). Em relação ao turismo alternativo Bertoncetto (1997, p 2) salienta que o mesmo surge como resposta as críticas ao turismo tradicional, torna-se um modelo de atividade turística

Una actitud activa y comprometida del turista en su práctica, tanto consigo mismo (decidiendo adónde ir, qué hacer, comprometiendo su esfuerzo y su capacidad) como con los demás [una fuerte interacción con los miembros de las sociedades receptoras, un compromiso con la preservación del ambiente e del patrimonio en general, una conciencia activa(...) militante en la difusión y concientización en sus lugares de origen] constituye una de las marcas más importante de este tipo de prácticas.

Contudo, na realidade essa interação com a comunidade local é restrita e apesar de muitas localidades considerarem que trabalham com o turismo alternativo, a preocupação ambiental tanto do lado dos visitantes quanto dos próprios empreendedores não passa de palavras, as atitudes em relação ao meio ainda acarretam grandes problemas, contrariando o que preconizou Bertoncetto como turismo alternativo.

Tulik (2003, p. 31) ressalta ainda, a ambigüidade dessa oposição (turismo de massa x turismo alternativo), pois em teoria, como reflete a autora, o turismo rural que se inclui no turismo alternativo, deveria ser em pequena escala para evitar a degradação ambiental, porém em alguns locais, “mesmo em algumas áreas naturais protegidas, as diferentes formas de turismo *não urbano* têm assumido características de massificação”.

Segundo Mendonça (1999 p. 19) o turismo semelhante às indústrias necessita da “apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais”. Para Espíndola (2000) essa apropriação dos recursos naturais, para atender a demanda das atividades humanas, vem se destacando pelo alto poder antrópico; é uma apropriação desordenada e rápida o que ocasiona problemas muitas vezes irreversíveis. O autor destaca ainda que as mudanças causadas por essa apropriação e exploração da natureza não encontram precedentes no decorrer do processo evolutivo da humanidade. Isso porque, conforme Silva (2005, p. 28), “o acréscimo da produção, para atender às demandas provocadas pelo aumento da população e do consumo, é considerada o motivo principal da degradação ambiental”, a tecnologia, segundo a autora, tem contribuído para a “inovação pela inovação”, são criações de coisas sofisticadas apenas para aumentar o ego de algumas pessoas.

Para várias indústrias muitas vezes a população autóctone, onde a mesma se encontra, principalmente quando se localiza no interior do Brasil, é considerada atrasada, sem qualificação, como consequência essa população fica à margem dessas indústrias que poderiam fornecer emprego ou é utilizada em serviços com baixa remuneração. Os autóctones são em geral substituídos por pessoas de grandes cidades. Essa também se torna a realidade do turismo – exploram-se as condições do ambiente e a sociedade direta ou indiretamente para benefícios de poucos.

### 1.3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E MEDIDAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO PROBLEMA

Para Mendonça (1999) os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrentes do turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não-sustentável até o esgotamento de suas matérias-primas e transferências para outros locais de exploração.

A autora ainda corrobora que onde há turismo há degradação ambiental. Ferreti (2002) também compartilha dessa idéia salientando que o que difere o setor do turismo dos demais setores é o grau e degradação.

O que seria, então, degradação ambiental? Segundo Ferreira (2001) degradação é destituição ignominiosa dum grau, qualidade, etc e ambiental ou ambiente é o que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas.

Já no artigo 3º, inciso II da Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81 (PNMA) considerou-se degradação ambiental como alteração adversa das características do meio ambiente.

Segundo Pelegrini Filho (2000) os séculos XIX e XX têm mais destruído do que construído. Apesar do esforço em relação à consciência ambiental o homem se mostrou incapaz de evoluir tecnologicamente sem denegrir o meio.

Para Ferreti (2002, p. 50) quando se trata de impactos ambientais causados pelo turismo há duas vertentes: os impactos positivos como geração de recursos e “ações efetivas para a proteção dos recursos naturais” e os efeitos negativos que são os impactos sobre a formação vegetal, geológica, água, ar, vida selvagem, da localidade explorada.

Isso porque os ambientes utilizados para o turismo são direcionados as pessoas que vêem o ambiente como uma mercadoria, já não procuram uma localidade apenas pelos seus recursos naturais ou pela sua diversidade cultural, estão ali na maioria para relaxar, saírem do cotidiano e como lembra a autora acima, sem o conhecimento da localidade fica difícil respeitar.

Proprietários de locais em que se desenvolve o turismo, pensando nessa realidade mudam quase por completo os ambientes para atender essa demanda; o que traz como conseqüências problemas de cunho socioambientais o que acarretam em problemas financeiros difíceis de resolver. E essa mudança no ambiente, principalmente, com a vinda de pessoas alheias ao local, acrescenta-se os problemas socioculturais. Berríos (2002) lembra que o consumo de bens e serviços ultrapassa a necessidade real, tudo se torna supérfluo, um desnecessário necessário.

As empresas, devido às pressões dos ambientalistas, a legislação e a cobrança popular, buscam alcançar o ISO 14.000, um título que mostra a preocupação da empresa com o ambiente, que lhe proporciona vários benefícios na preferência dos consumidores – conservar virou negócio.

Esse título foi criado durante a Eco 92 seguido de outros títulos como o ISO 14.001 que pode ser considerado, conforme Seiffert (2007 p. 203) como “uma norma de sistema que reforça o enfoque no aprimoramento da conservação ambiental pelo uso de um único sistema de gerenciamento permeando todas as funções da organização, não estabelecendo padrões de desempenho ambientais absolutos”. Ainda segundo a autora, é um processo proativo que se organiza para não haver problemas futuros, em vez de reagir

contra atitudes passadas, além disso, determina que todos participem do processo: funcionários, clientes, fornecedores, sociedade, entre outros.

No turismo esse padrão de qualidade tenta ser almejado através do ecoturismo, mas esse como princípio filosófico aproxima-se da perfeição, na prática, ainda possui erros gravíssimos.

Para Guatari (1991 *apud* MENDONÇA 1999 p. 20) mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecanosfera e universos de referência sociais e individuais.

O homem, como lembra Mendonça (1999 p. 20), ainda está distante e descompromissado com a natureza e não mais apenas como meio natural e sim com relação à sociedade estabelecida ali, não se pode ignorar a cultura de uma localidade.

Segundo Mendonça (1999) as comunidades nativas conhecem as características do ambiente em que vivem, porém se as mesmas forem inclusas nos planejamentos turísticos, muitos desastres ambientais poderiam deixar de ocorrer, ou seja, o social está totalmente interligado ao ambiental. Mas ao dar ênfase ao que é planejamento, Boitex e Wener (2003) afirmam que o principal modelo de planejamento utilizado pela Embratur no Programa Nacional de Municipalização de Turismo – Modelo Americano – enfatiza a gestão participativa da comunidade; e Denker (2004, p. 1) complementa que o planejamento não deve se restringir a uma organização e sim se expandir ao social, “contemplando relações de confiança e solidariedade, de comprometimento e reciprocidade”, ou seja, se o planejamento tem o envolvimento da comunidade, não deve tratar a população local como um elemento a ser adicionado ao planejamento.

Na área de estudo, o Planalto de Maracaju – Campo Grande MS, o crescimento de empreendimentos turísticos foi e está sendo realizado sem maiores cuidados, colaborando para grandes desequilíbrios na fauna e flora. Banducci (2001) afirma que a grande quantidade de imóveis construídos às margens dos rios, bem como, a retirada da mata ciliar para melhor o acesso dos visitantes – pescadores na sua grande maioria – ocasiona o desmoronamento de encostas e a própria extinção de peixes e outros animais. Todo esse cenário demonstra que esse período foi desprovido de qualquer tipo de preocupação ambiental e de fiscalização. É o desejo pelo lucro imediato e a falta de integração homem e natureza, contudo, como mostra as figuras 2a e 2b para obterem-se lucros maiores mesmo

que gradualmente, porém contínuos, a atitude em relação ao meio deve ser outra, principalmente para a atividade turística que tem como produto principal o ambiente.

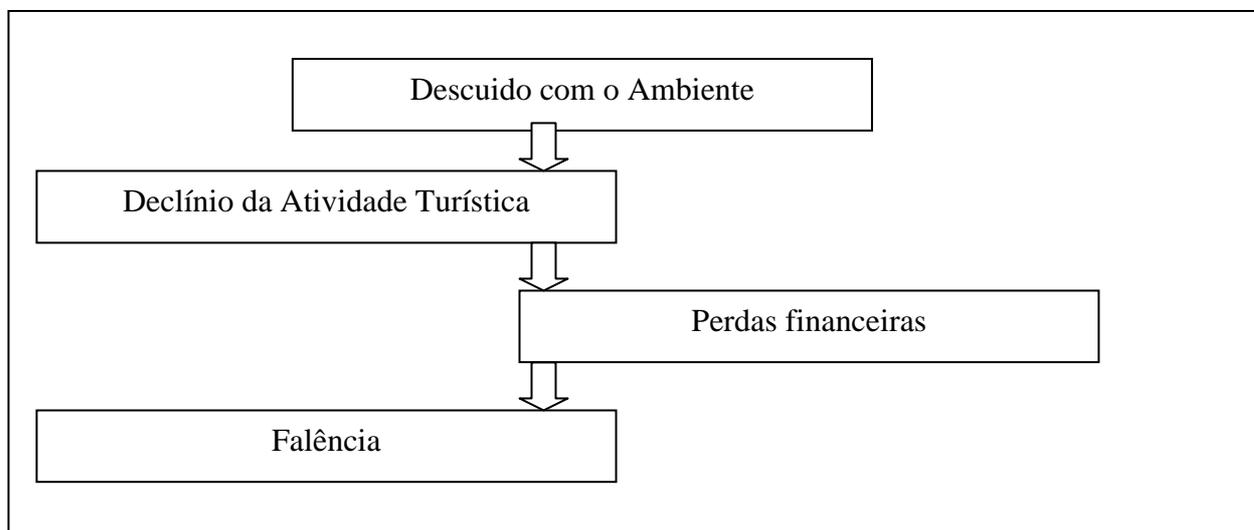


Figura 2a: Conseqüência do descaso com o meio  
Fonte: Aires/ 2008

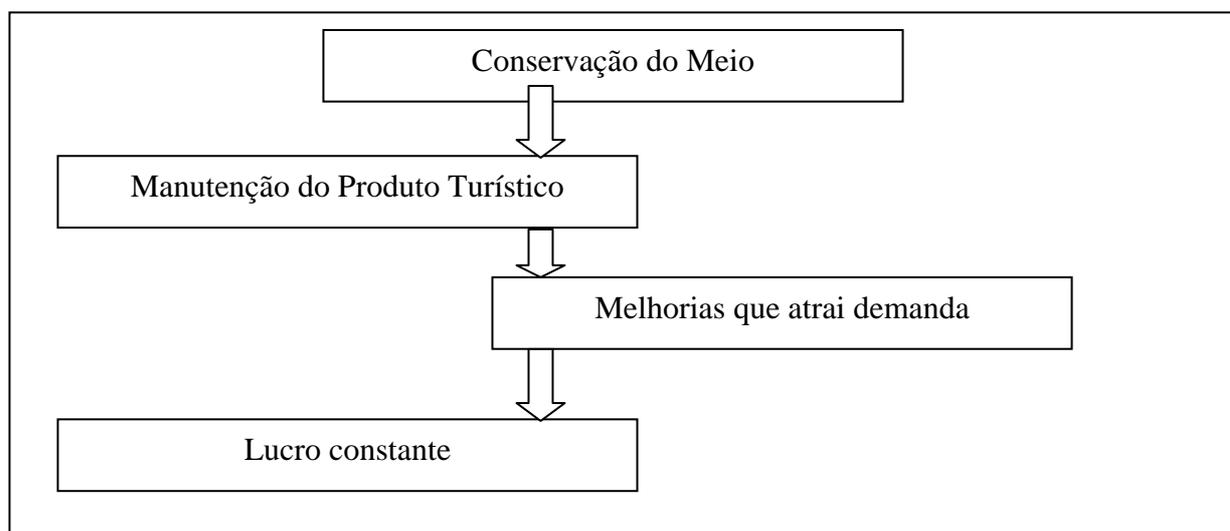


Figura 2b: Conseqüência da conservação do meio  
Fonte: Aires/ 2008

Para Guimarães (1994 *apud* CLAVAL 1997) o desenvolvimento torna-se sustentável quando a produção humana não ultrapassa os limites da natureza, deve-se respeitar a produção dos recursos renováveis e o nível de substituição dos não-renováveis, assim pode-se utilizar determinado local por maior tempo, trazendo os lucros desejados.

Guimarães (1997 *apud* NETO 2005, p. 23) reafirma que “a sustentabilidade ambiental está intimamente relacionada com a manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas” é a capacidade da natureza recuperar-se das ações antrópicas, no entanto, há locais que essas ações causaram tantos danos que dificulta até mesmo a implementação de outras atividades pelo homem.

Já para Constanza (1992, p. 240) “sustentabilidade implica a habilidade do sistema manter sua estrutura (organização) e função (vigor), com o passar do tempo, em face de estresse externo (resiliência)”.

A relação sustentabilidade ambiental e turismo é discutida por Silva (2007, p. 36). Para esta autora o Ecoturismo dentro de uma análise sistêmica considera que “fundamentação teórica para a sustentabilidade ambiental”, encontra-se nos vários tipos de turismo, se bem planejado, como é o caso do turismo de pesca, o turismo de aventura e o turismo de lazer, que são explorados nas áreas de estudo.

Para Banducci e Moretti (2001) o turismo pesqueiro é “a atividade que mobiliza maior número de visitantes e que mais gera divisas” na região do pantanal e estende-se as áreas de planalto mais baixas, como onde se localiza as propriedades estudadas. No entanto é uma atividade que traz muitas alterações socioambientais se mal planejada.

Para Swarbrooke (2003, p. 4) o “setor do turismo adotou o termo *turismo de aventura* de forma entusiástica”, segundo o autor se analisarmos tudo pode ser uma aventura, se aventurar é realizar algo novo, que nunca havíamos experimentado; é um “risco” que se corre. Esse tipo de turismo exige grandes responsabilidades, pois, dependendo da atividade que for exercida pode resultar em morte sem os planejamentos adequados.

Fennel (2002) considera que o ecoturismo encontra-se ligado ao turismo de aventura assim como a qualquer outro tipo de turismo desde que tenham bases ambientais semelhantes.

Quanto ao turismo de lazer esse deve ser bem planejado, pois como lembra Leiper (1995, p 20) esse, geralmente, é o grande motivador do deslocamento do turista e/ ou visitante. Para atender às exigências da demanda, empresários modificam bruscamente o ambiente tornando a consciência ambiental mais um cenário.

Segundo Lage (2004, p. 177) o lazer é “um direito fundamental do homem, um dever do Estado e uma rendosa e auspiciosa atividade industrial, comercial e prestadora de

serviços”. No entanto, “essas atividades de lazer geram um lado bastante perverso para com a própria sociedade e que inegavelmente, necessitam de intervenção do próprio direito em sua organização”.

A Constituição Federal segundo os artigos 6º e 7º, inciso IV dá ao lazer a natureza de direito social, conferindo-lhe igual importância que o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à previdência social, à proteção, à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados.

Igualmente, é dever do Estado, segundo a Constituição Federal artigo 216, proteger o patrimônio nacional brasileiro, cujos bens materiais e imateriais, individuais ou em conjunto, podem constituir fonte de lazer, como ocorrem com as formas de expressão, os modos de fazer, criar e viver, as criações científicas artísticas e tecnológicas, os objetos, as obras documentos e edificações destinadas a manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e demais sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Essa proteção deve se concretizar através das fiscalizações e punições administrativas e/ ou penais determinadas por legislações específicas. E é nesse momento que se mostra a necessidade da criação de um ramo do Direito específico para a área ambiental.

#### 1.4 DIREITO AMBIENTAL

Não há ainda definido o que seria um “Direito Ambiental” como lembra Guerra e Cunha (2005 p. 189), essa é uma questão discutível, apesar das leis, normas e a situação em que o mundo se encontra em relação aos impactos ambientais como lembra Antunes (2002 *apud* GUERRA E CUNHA 2005 p. 189):

Tudo aquilo que foi examinado até esta altura leva-me à conclusão de que as estruturas que estão envolvidas no sistema legal de proteção ao meio ambiente são, ainda, muito precárias e não chegam a se constituir um perfeito ramo do Direito. Isto não impede que, cada vez mais, comece a se destacar, sobretudo do Direito Administrativo, um braço especializado na defesa ambiental que em algum tempo poderá vir a se constituir em um novo ramo do Direito: o Direito Ambiental. Em conclusão, parece-me razoável afirmar que ainda não existe um Direito Ambiental. Isto deriva da constatação de que os princípios relativos à tutela ambiental não estão suficientemente amadurecidos para que possam se impor sobre os outros ramos do Direito.

Contudo, os órgãos ambientais, as leis que regem crimes e contravenções na área ambiental começam a acompanhar o ritmo dos problemas no planeta. O homem não está totalmente desligado do pensamento que a “natureza o serve” e que ele está “acima dela”, portanto a cada dia se faz necessário o aumento nas fiscalizações urbanas e rurais; a situação urbana está muito ligada à infra-estrutura ineficiente e escassa, quanto aos meios rurais esses são mais preocupantes, pois estão sofrendo com obras empíricas em que pessoas sem grau suficiente de conhecimento sobre a estrutura física do local impõem mudanças na paisagem para a exploração da localidade causando estragos em alguns casos, irreversíveis.

Para Mukai (1992 *apud* GUERRA E CUNHA 2005 p. 189), o Direito Ambiental – no estágio atual de sua evolução no Brasil – é um conjunto de normas e institutos jurídicos pertencentes a vários ramos do Direito reunidos por sua função instrumental para a disciplina do comportamento humano em relação ao seu meio ambiente.

Há muitas leis regendo essa disciplina ambiental, necessita-se agora de maior fiscalização e menor parcialidade política.

Custódio (1993 *apud* GUERRA & CUNHA 2005 p. 190) ressalta que

Assim é que pela própria evidência dos elementos integrantes do meio ambiente, o conteúdo e o alcance da legislação protecional correlata ora integram normas, notadamente de Direito *Urbanístico*, com sua legislação de uso e ocupação do solo, do Código *Florestal*, das *Leis de Proteção da Fauna e da Flora*, do Código *de Águas* com legislação complementar, ora se *relacionam*, direta ou indiretamente, com as normas de estatuto da Terra (Código Rural), do Código de *Mineração*, do Código Civil (Direito das coisas – Direito da Propriedade), do Código da *Saúde Pública*, do Código da *Defesa do consumidor*, Código *Tributário*, Código *Penal*, Direito *Administrativo*, Direito *Econômico*, dentre outros ramos do Direito.

Bem como o “Direito Ambiental”, que se encontra em discussão por abranger outras áreas do Direito, o Turismo que ainda busca o espaço como ciência, engloba uma grande interdisciplinaridade, e a união dessas duas futuras ciências cercam várias faces de análise e avaliação de impacto, pois se conhece a tendência do aumento de áreas exploradas pelo homem, mesmo as que serão determinadas RPPN, pois as mesmas serão usadas mesmo que para visitas ecológicas ou para estudos (turismo contemplativo, turismo científico). Por isso, a má avaliação dessa evolução pode acarretar em piores quadros mundiais.

Algumas normas já merecem destaque dentre o direito ambiental tais como, o disposto na Legislação do direito ambiental Federal e do Estado de Mato Grosso do Sul seção V, capítulo IV art. 17:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Ainda na seção V, capítulo IV o artigo 19 da Legislação do direito ambiental Federal e do Estado de Mato Grosso do Sul é preceituado:

O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças: I – licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo; II – licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e III – licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição de acordo com o previsto nas licenças Prévia e de Instalação.

Inicia-se uma evolução a respeito das modificações exacerbadas causadas pelas “necessidades” contínuas dos homens, mas é necessário melhor aplicação destas e impor as regras nem que necessite aumentar os rigores para que as mesmas sejam cumpridas.

Como mencionado, o turismo já foi visto como uma “indústria sem chaminés”, como uma atividade econômica que não traria danos ao ambiente, esclarecendo a definição de turismo Molina e Abitia (1987, p. 23) salientam que “o turismo não é um produto, bem ou serviço, é sim uma atitude frente às possibilidades de utilização de tempo livre, só existindo quando são dados os elementos que o compõem: natureza, cultura, hospedagem e transporte”.

O turismo como atividade econômica modifica o meio, mas não se encaixa como indústria, isso é confirmado por Michaelis (2002), que define indústria como produção de mercadorias e que abrange a extração de produtos naturais até a sua transformação em bens de consumo e de produção e pertence ao setor secundário de produção, enquanto o turismo é uma prestação de serviço pertencente ao setor terciário. Essa atividade quando

desempenhada de maneira não planejada, sem preocupações com o manejo da área na qual será desenvolvida, em curto prazo já trará problemas ao meio.

Dias (2003, p. 79) salienta que:

há dúvida de que a atividade turística apresenta importante capacidade de alterar o meio ambiente em tempo bastante curto. Ocorre que os agentes econômicos concebem o turismo como atividade cuja rentabilidade tem retorno a curto prazo, o que implica maior preocupação com a rápida obtenção de recursos, para um posterior investimento. Ocorre que as paisagens naturais que serviram para obtenção dos recursos originais irão degradar-se num prazo curto, impedindo sua recuperação com o retorno de investimento. Aumentam os investimentos na infra-estrutura – alojamento e transportes – que darão retorno a curto prazo, e adiam-se os que poderiam manter ou até mesmo recuperar a paisagem natural, que originalmente atraiu os visitantes.

Essa falta de planejamento descrita é, infelizmente, muito comum o que faz a atividade entrar em estagnação e muitas vezes na fase de declínio em pouco tempo também.

Contudo, em relação às outras atividades econômicas, realmente o turismo, se bem planejado, pode incentivar a conservação dos recursos naturais. Dias (2003, p. 77) lembra da troca dos safáris de caça na África pelos safáris fotográficos, os animais trouxeram mais lucros vivos, no seu habitat natural do que como mais uma peça de caça; o autor destaca também o crescente número de fazendas no Pantanal que passaram a receber turistas nacionais e estrangeiros que buscam contemplar o ambiente pantaneiro.

Para contribuir com a minimização de impactos no meio são realizadas algumas avaliações tanto do ambiente quanto da comunidade (fator social) da localidade que se pretende modificar, principalmente se tratando de ambientes frágeis; antes se pode definir impacto ambiental, conforme a resolução do CONAMA nº 001 de 23/01/86, como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetem: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

Seiffert (2007) ressalta que a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi criada pela Lei Federal nº 6938/ 81 e a mesma estabelece normas de proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental; isso para garantir uma melhor qualidade de vida, um desenvolvimento socioeconômico que respeita o ser humano.

Alguns empreendimentos devido ao seu grau de risco de contaminação do meio devem além de se licenciar junto à prefeitura, procurar órgãos ambientais para retirar licenças.

A resolução do CONAMA nº 305 de 12/06/02 dispõe sobre o licenciamento ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividade e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados; tudo isso em busca de melhorias na utilização dos recursos naturais o que garante aumento na qualidade de vida.

A resolução nº 237 de 19/12/1997 do CONAMA defini os três processos de licenciamentos ambientais anteriormente citados: o Licenciamento Prévio (LP), Licenciamento de Instalação (LI) e o Licenciamento de Operação (LO).

Conforme lembra Dias (2003 p 80) a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é realizado como base para “o licenciamento de processos e produtos que venham a agredir o meio ambiente”. Segundo Seiffert (2007 p. 163)

O processo de AIA apresenta várias funções importantes dentro do processo de gestão ambiental: I – subsídio ao poder público na tomada de decisões para a instalação de novos empreendimentos; II – realização de controle ambiental; III – sensibilização de controle ambiental e expansão da consciência ecológica da sociedade; IV – ecologização da administração pública; V – viabilização de melhorias: na qualidade ambiental, de vida e na melhoria da saúde pública; VI – educação para a cidadania e VII – possibilitar a processo de participação pública na instalação de empreendimentos.

Tavares Jr (1997 *apud* DIAS 2003, p. 80) destaca que essa avaliação parte do (EIA) Estudos de Impactos Ambientais, esse nada mais é do que o diagnóstico ambiental que resume as conclusões do estudo, o qual esclarece pontos desde a proposta do empreendimento, até as ações que devem ser tomadas. A resolução do CONAMA nº 01 de 23/01/86 declara o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como principal documento de avaliação de impactos de empreendimentos que busca licenciamento e determina que o EIA deve fazer “a definição da medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os

equipamentos de controle e os sistemas de tratamento de despejos avaliando a eficiência de cada uma delas” (art. 6º, III).

O EIA e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) são documentos semelhantes, sendo o último menos detalhado e facilita a compreensão de leigos a respeito do EIA o que facilita a participação da comunidade em audiências públicas.

Nem todo empreendimento necessita da apresentação de um EIA/ RIMA devido ao seu nível de impacto ambiental ser limitado, nesse caso o órgão de controle ambiental a nível Estadual pode conceder o licenciamento.

É importante destacar que segundo Carneiro (2001, p. 49) os EIAs “são passíveis de suborno”, pois se os proprietários contratam pessoas com pouca qualificação é fácil a manipulação. Quanto aos RIMAs esses também podem “não passar realmente por sessões públicas” o que surpreende a comunidade envolvida.

Macedo (1995 *apud* CARNEIRO 2001, p. 49) também realça a “inexistência de uma abordagem teórico-conceitual” o que acarreta nos erros na avaliação ambiental.

Dias (2003) destaca a importância desse envolvimento efetivo tanto da comunidade, investidores e poder público, como a principal parceria para que os outros envolvidos possam ser mais bem ordenados.

Como método de prevenção e correção das ações relacionadas ao ambiente também se destaca a Auditoria Ambiental, que é definido segundo Seiffert (2007 p. 182) como:

Processo realizado pelo órgão de controle que envolve uma verificação mais abrangente e sistemática do desempenho ambiental da organização através da avaliação de seu processo produtivo e dos impactos ambientais gerados (...) é um monitoramento na verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao empreendimento.

Todos esses cuidados são relacionados a qualquer atividade e não somente ao turismo.

Dentre algumas atitudes para a minimização de impactos ambientais quando se trata da atividade turística Dias (2003) ressalta a capacidade de carga, em que a mesma, no turismo é lembrada pelo autor como um conceito muito criticado, isso porque na teoria ele seria simples, contudo na prática torna-se tão complexo que acaba por deixar lacunas que o torna facilmente manipulável.

Como traz Dias (2003) no informe da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável de 1999, capítulo II item 27, para se determinar a capacidade de carga é necessário que a avaliação seja local, cada ambiente tem suas peculiaridades e isso deve ser primordial diante de qualquer decisão.

Entretanto, como fora mencionado, a capacidade de carga pode ser “entendida” de acordo com cada interesse (empreendedor, visitante, ambientalista, comércio); a exemplo destaca-se o conceito de Wallace (2001, p. 127 *apud* DIAS 2003, p. 82) que dá nitidamente preferência ao conforto e o atendimento ao visitante quando diz:

o conceito de capacidade de suporte evolui em diversos países desenvolvidos, tornando-se uma medida mais sofisticada em relação ao que realmente está ocorrendo nos recursos de um parque ou na experiência do visitante. Sabemos que não há correlação direta entre o número de visitantes e os impactos negativos que afetam o solo, a vegetação, a vida selvagem ou as experiências das outras pessoas. O grau de impacto depende de muitas variáveis que se somam a quantidade de visitação.

Esse tipo de pensamento traduz a pouca confiabilidade em utilizar esse tipo de método para a conservação de um ambiente principalmente se o mesmo for frágil, não se trata apenas das pessoas que visitam, mas sim do que é necessário para recepcioná-las e o que elas deixam no local durante sua estada como exemplo o lixo.

O turismo pode trazer, como qualquer outra atividade econômica, impactos ao meio ambiente, não há dúvidas que os recursos naturais sofram modificações boas ou ruins; da perspectiva positiva, destaca-se que muitas propriedades no Pantanal, por exemplo, e até na área do planalto onde estão inseridas as propriedades estudadas diminuíram o desmatamento e passaram a valorizar o reflorestamento natural para atrair o turista, contudo mostram-se a seguir alguns pontos negativos que Dias (2003) menciona.

Em relação à água, de maneira sintetizada, o autor lembra a contaminação de rios e lençóis freáticos diante da escassa infra-estrutura principalmente na área de esgoto, com o aumento de pessoas em determinadas localidades onde rede de esgoto pode não ser suficiente ou nem mesmo existir. Em caso de hotéis e outros empreendimentos turísticos, nota-se o grande desperdício de água para tal está criando métodos de “reciclagem da água” isso permite a reutilização da mesma, só que não permite usá-la para beber e/ ou preparar alimentos.

Em questão da terra, o desmatamento para construções irregulares como a retirada da mata ciliar para a implantação de diques ou mesmo para abrir espaços maiores para os visitantes pescarem, a inserção de plantas exóticas, o grande fluxo de pessoas numa só área entre outros problemas, acarretam graves danos.

Dias (2003) não cita o caso de cevas – alimentação destinada a animais selvagens que fazem os mesmos serem atraídos para determinado local para facilitar a visão dos visitantes. Esse trabalho mesmo que controlado causa grandes transtornos ao meio, torna os animais presas fáceis diante do homem ou mesmo de outros animais.

Outros recursos que sofrem com o turismo são alimentos, energia e outros produtos, o autor cita a escassez desses produtos nas altas temporadas e o aumento excessivo dos preços em determinados casos, o que afeta a população autóctone.

Dias (2003) destaca a poluição sonora causada pelo grande trânsito de veículos nas altas temporadas em locais, em que esse quadro não faz parte da rotina, isso faz com que animais se afastem ou morram atropelados, pois infelizmente, as pessoas não respeitam o lugar em que se encontram.

Dois fatores que podem ser considerados como principais são: o lixo e os resíduos sólidos. Uma observação feita por Grimberg e Blauth (1998 *apud* CAIXETA 2005, p. 42) é que “dentro do possível, na busca por uma reconceituação didática dos resíduos, convém também evitar-se a palavra lixo”, pois para as autoras entende-se por lixo tudo o que não presta e o resíduo ainda pode ser utilizado, a exemplo da reciclagem.

Voltando com Dias (2003, p. 89) o mesmo destaca “a grande concentração de lixo acumulado pelos visitantes”, que aumenta os problemas das cidades receptoras desses resíduos (tanto urbano quanto rural); nas estradas que dão acesso a ambientes turísticos fica a marca dessa nova atividade e da falta de conscientização, são latas de refrigerante, de cerveja, papéis que são deixados pelo caminho, às margens de rios. Os próprios rios também sofrem com esse descaso, além disso, completa esse cenário desastroso as pichações nas encostas dos morros que se encontram próximos as rodovias. Nos períodos de chuva esse lixo é arrastado para os cursos dos rios, e como lembra Midaglia (1999, p. 39) na apostila do curso de “Microbiologia Ambiental”:

Doenças de transmissão hídrica: são aquelas em que a água atua como veículo do agente infeccioso. Os microorganismos patogênicos atingem a água através das excretas de pessoas ou animais infectados, causando problemas principalmente intestinais do homem. Essas doenças podem

ser causadas por bactérias, vírus, protozoários e helmintos (CETESB, 1989 p. 27).

Essa questão é de grande relevância uma vez que a população da região estudada depende do Rio para seu abastecimento e muitos ribeirinhos não possuem tratamento adequado da água. São muitos fatores negativos que em alguns casos não começaram com o turismo, mas aumentaram a partir dele.

Outro problema quanto à destinação do lixo é a realização de queimadas do mesmo. Segundo Fontan (2007) a queima de lixo não é a maneira mais eficiente de diminuir ou acabar com o acúmulo de lixo, porém em alguns casos se faz necessário. Conforme o artigo contratar caminhões para o transporte de resíduos sólidos é caro e, muitas pessoas não possuem condições financeiras para tal, outro ponto de vista do autor é o do acúmulo de lixo nos chamados “lixões”, para ele qual a diferença transportar o lixo para acumular em outra localidade sem o mínimo tratamento.

O autor citado relata que a fumaça liberada pela queima do lixo libera em grande parte apenas o gás carbono que pelo processo da fotossíntese torna-se oxigênio, no entanto o autor se equivoca ao pensar e dizer que apesar desse processo não ser o mais adequado há coisas mais importantes para se preocupar como desmatamentos entre outros. Será que realmente ele pensa que quando se queima lixo, temos ali apenas materiais orgânicos, não considerando os plásticos, embalagens de produtos químicos, presentes no lixo.

Para Silva (2005, p. 14) “do ponto de vista de sustentabilidade ambiental” uma das atitudes para a minimização do problema do lixo é a erradicação de “lixões” “que representam uma situação sanitária totalmente indesejável”, contudo deve-se concordar que a queima não é a melhor solução.

Em áreas rurais essas queimas são ainda mais agravantes, pois além de poderem se tornar fruto de grandes incêndios na vegetação, espantam e matam animais que vivem nas proximidades, seja pelo próprio fogo ou pela fumaça tóxica.

Para Bezerra (2003) essas queimadas que são comuns em áreas urbanas e, infelizmente, também acontece em áreas rurais, ocasionam além da poluição atmosférica, problemas respiratórios. Segundo a autora, apesar da mesma referir-se às queimadas de lixo em áreas urbanas, a lei de crime ambiental nº 9.605/ 98 é a mais utilizada para penalizar na esfera criminal quem utiliza desse meio para se desfazer do lixo.

Bezerra e Fernandes (2000) apesar de referenciarem os problemas das cidades, estende-se o comentário dos autores para as áreas periurbanas, onde se localiza o Pesqueiro 110, analisada nessa pesquisa, segundo eles, a precariedade de normas e de planejamento local e regional, as frágeis medidas administrativas têm contribuído para a insustentabilidade das cidades e acrescenta-se das áreas rurais próximas aos centros urbanos.

Para Silva (2005, p. 19) “a implicação da gestão inadequada dos resíduos sólidos é refletida na degradação do solo, na poluição das águas e do ar e na saúde pública”.

A mudança de comportamento que trará como consequência a alteração de vários quadros de degradação ambiental está na Educação Ambiental.

Silva (2005, p. 20) considera a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes utilizado para promover a mudança necessária nos cidadãos. O processo educativo deve estimular a participação social e o estabelecimento de parcerias. A autora dá ênfase à coleta seletiva urbana, mas essa proposta é viável no meio rural, principalmente, em espaços rurais dedicados ao turismo onde o acúmulo de lixo é maior.

Stapp *et al* (1969 *apud* DIAS 1998, p. 25) definiram que Educação Ambiental é “um processo que deve objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas”.

Seiffert (2007, p. 267) complementa ao enfatizar que a idéia de educação ambiental é um projeto de médio a longo prazo e que apenas terá efeito diante da implantação de “políticas públicas educacionais compatíveis, que subsidiem uma mudança cultural, de modo a afetar holisticamente os hábitos e posturas de uma determinada sociedade”.

Xavier (2002, p. 81) une a educação ambiental à atividade turística quando diz que:

diante dos grandes problemas ambientais que se têm avolumado nessas últimas décadas, a educação ambiental pelo turismo tem sido apontada como alternativa, talvez, em busca da melhoria da qualidade de vida do homem e como um caminho no sentido de vislumbrar um turismo durável.

Segundo Carson (1978) não há mais campo do conhecimento que não esteja atingido pela revolução ambiental, não se pode ignorá-la.

As discussões acima mostram a realidade da causa ambiental, não é apenas um problema a ser resolvido por um governo, é um problema individual, todos devem se preocupar com a causa para o bem comum.

Outro ponto importante quando se trata de avaliação ambiental de uma determinada área é segundo Pires e Santos (1995) utilizar as bacias de drenagem como base para o planejamento, devido o processo integrador delas com todo seu entorno. Os recursos hídricos dessa área são de grande importância e devem ter prioridade ao ter a necessidade de transformar essas localidades.

Diante de todo esse amparado, então, usaremos para fins de definição da expressão “problemas socioambientais” todos as implicações relacionadas a poluição, queda da qualidade de vida, essa problemática será encarada como as conseqüências das ações impensadas do homem em relação a ele mesmo.

## **2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TURÍSTICA DA ÁREA DE ESTUDO**

---

Conforme Assine (2003, p. 6) “o Pantanal é uma bacia sedimentar tectonicamente ativa, caracterizada por uma dinâmica sedimentar que produz mudanças constantes na paisagem”, por essas mudanças é subdividido em nove pantanais. Segundo o autor “é uma unidade geomorfológica denominada depressão rio Paraguai”, a mesma é circundada pelos planaltos de Maracaju – Campo Grande e Taquari Itiquira a leste, Guimarães e Parecis a norte, Urucu – Amalor a oeste e Bodoquena a sul.

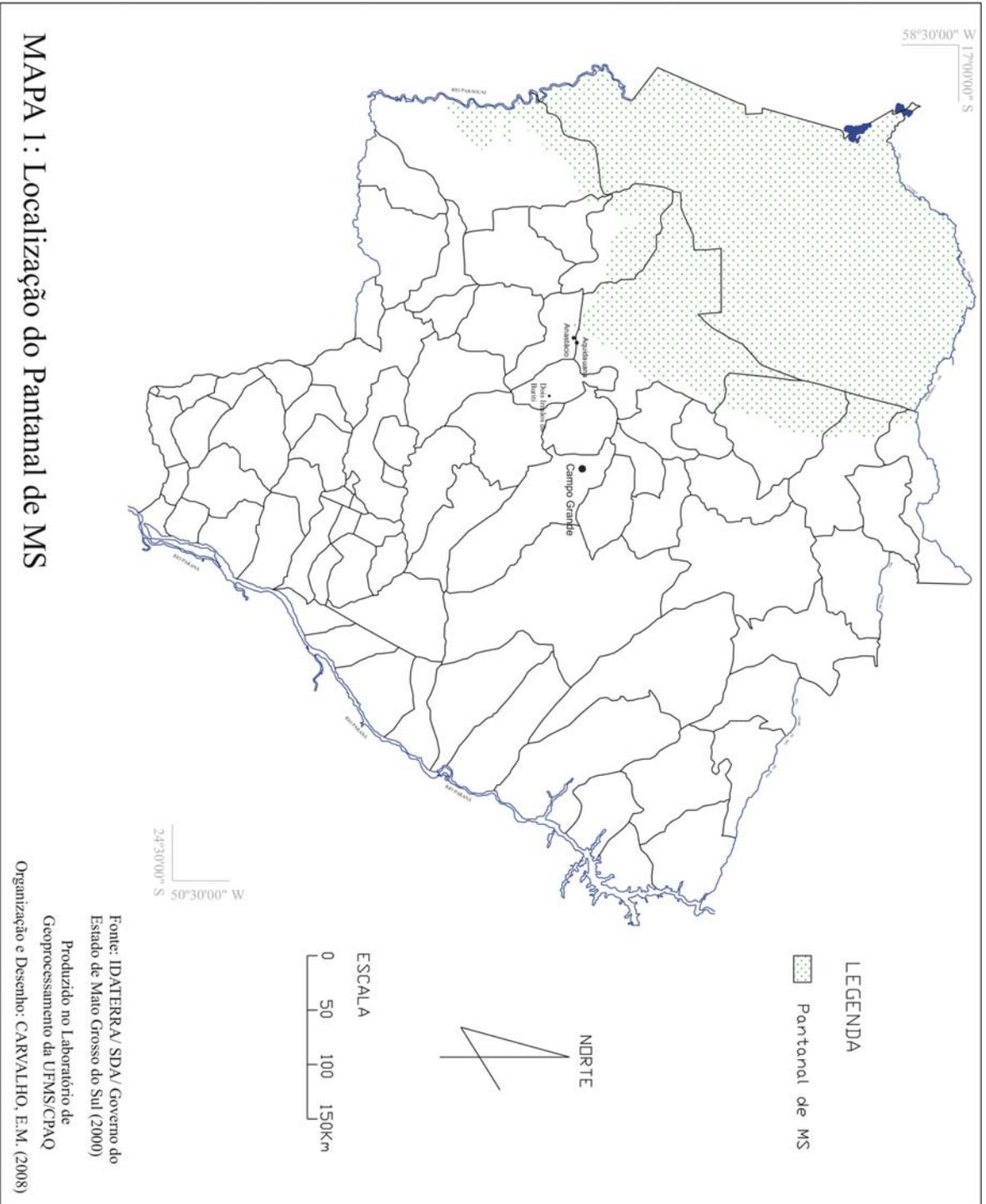
As propriedades estudadas encontram-se na borda do Planalto Maracaju – Campo Grande e apesar de estarem distante do início do pantanal de Aquidauana, muitos visitantes acham que aquela região já faz parte da área pantaneira, pela proximidade com a cidade de Aquidauana, considerada entrada do Pantanal. O mapa 1 foi necessário para enfatizar que os municípios de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti, nos quais se encontram as áreas estudadas, não estão no Pantanal; e o mapa 2 limita os três municípios (Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti) apontando a localização dos empreendimentos Pousada Sol Amarelo e Pesqueiro 110.

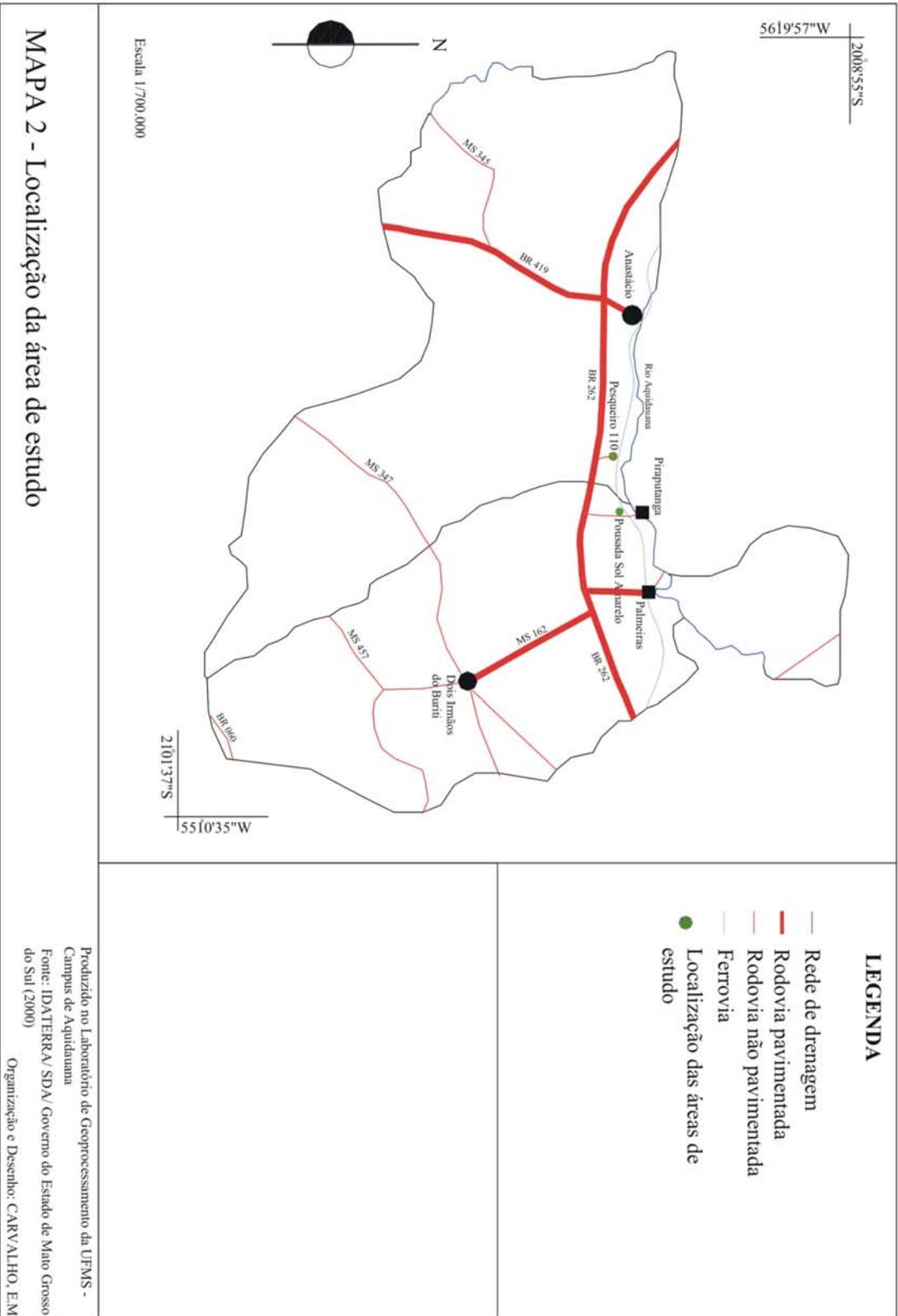
O pesqueiro 110 localiza-se do lado direito da BR 262 km 466, utiliza como principal recurso econômico o Rio Aquidauana que faz parte da micro-bacia do Rio Miranda e ambos formam uma sub-bacia do Pantanal; essa propriedade encontra-se no médio curso do rio onde o mesmo corta o Planalto de Maracaju, é o ponto em que o mesmo mais se aproxima da BR 262 o que facilita o desenvolvimento do empreendimento.

Quanto a Pousada Sol Amarelo, essa tem sua estrada de acesso à direita da BR 262, Km 461 no Município de Dois Irmãos do Buriti/ MS, tendo também outro acesso pelo Distrito de Piraputanga (Estrada Parque de Piraputanga) que faz parte do Município de Aquidauana/ MS, a mesma encontra-se mais próxima dos paredões da Serra de Maracaju.

Segundo Rodrigues (2003, p. 21) o Distrito de Piraputanga localiza-se a margem esquerda do Rio Aquidauana e ao lado esquerdo da Serra de Maracaju, aproximadamente 112 km de Campo Grande/ MS e 26 km da cidade de Aquidauana/ MS.

O Distrito possui uma área de 3000 hectares e aproximadamente seis quilômetros de margem do Rio Aquidauana. O local é servido pela estrada de ferro antiga “Novoeste do Brasil” e pela estrada Fernando Luiz – “Estrada Ecológica”; e encontra-se a 163 metros acima do nível do mar.





A “Estrada Parque de Piraputanga”, que dá acesso à Pousada Sol Amarelo, possui aproximadamente 46 km e localiza-se em áreas dos distritos de Camisão e Piraputanga, no município de Aquidauana e em menor extensão no distrito de Palmeiras pertencente ao município de Dois Irmãos do Buriti. É considerada uma Unidade de Conservação Estadual onde se pretende implantar um pólo de ecoturismo conforme dados de Rosa (2004 p. 78).

Destaca-se o Distrito de Piraputanga devido a proximidade com a Pousada o que traz certo vínculo econômico entre o empreendimento e o Distrito, algumas compras emergenciais são realizadas nessa localidade. Além disso, como mostra a figura 3 o empreendimento é “vendido” como se se localizasse em Piraputanga e não no Município de Dois Irmãos do Buriti/ MS.



Figura 3: O valor do Marketing  
Fonte: Folder da Pousada/ 2007

Como se percebe há uma estratégia de marketing: chama mais atenção vender um produto turístico inserido numa localidade cujas pessoas conhecem como “entrada do pantanal”, o que geograficamente já foi exposto que não é correto, que já possui uma marca<sup>3</sup>, do que vender um produto de um município desconhecido diante da atividade turística na Serra de Maracaju.

O município de Aquidauana possui dois compartimentos geomorfológicos distintos um é a planície denominada Pantanal Aquidauanense, considerada como já

<sup>3</sup>É algo em relação a um produto que faz com que o consumidor se torne “leal”, demonstre preferência. É algo que fica fixo, marcado na mente das pessoas. (Dias e Cassar, 2005, p 145)

salienta o nome uma área baixa e que permanece alagada durante um período do ano, outro é a região alta ocupada pelas escarpas da Serra de Maracaju e pela depressão do Rio Aquidauana onde se localiza a área urbana de Aquidauana e seus distritos segundo Rosa (2004).

Segundo informações do RADAMBRASIL (1982) o planalto de Maracaju – Campo Grande corresponde à terminação sul da borda ocidental da bacia sedimentar do Paraná, separa parte das águas que fluem para o rio Paraguai dos afluentes do rio Paraná; na figura 4 exibem-se partes da escarpa de Maracaju – Campo Grande.



Figura 4: Planalto de Maracaju – Campo Grande  
Fonte: RADAMBRASIL (1982, p 175)

A Serra possui altimetrias que variam de 200 a 650m, no entanto, é um conjunto bastante homogêneo devido a predominância de altimetria média com feições grandes e aplanadas.

A Pousada Sol Amarelo, bem como o Pesqueiro 110, encontra-se rodeada pelos paredões da Serra de Maracaju, contudo, essa é uma localidade onde a altimetria é menor, varia de 200 a 350m.

Segundo o RADAMBRASIL (1982, p. 143) “morfologicamente, o Planalto de Maracaju – Campo Grande constitui uma extensa superfície suavemente dissecada, onde predominam formas tabulares muito amplas e trechos conservados” em segundo plano “ocorrem formas de dissecação de topo convexo geralmente relacionados à presença de drenos mais importantes ou às bordas do planalto”.

Vale ressaltar que as áreas estudadas encontram-se num local mais baixo pouco acima do nível do rio Aquidauana.

A Serra de Maracaju apresenta frente *cuesta* dissimulada pelas atividades erosivas o que resulta em relevos dissecados e relevos residuais.

Nessa região encontram-se as litologias mais antigas (Arenitos Furnas, Aquidauana e Botucatu); são considerados patamares rebaixados esculpidos em reversos de *cuestas*. Para Facincani *et al* (2006) a bacia de captação do rio Aquidauana é “um grande anfiteatro de erosão no planalto de Maracaju – Campo Grande”. O rio Aquidauana é um importante sítio de sedimentação quaternário, “é um rio erosivo com leito rochoso, sua altitude varia de 140 m em seu ápice a 90 m na sua base” onde se encontra com o Miranda e o Negro.

Predomina nesse local, solos do tipo Latossolos roxos e latossolo vermelho-escuros. Na parte Nordeste, onde se encontram as áreas estudadas, nas *cuestas* do Noroeste e no extremo Sul da unidade, destacam-se também as areias quartzosas. Nas bordas ocidentais encontra-se também uma faixa de solos litólicos e em poucas áreas observam-se solos do tipo Glei Pouco Húmicos. A vegetação predominante é o Cerrado, lembrando que para AB’Sáber (2003, p. 31) ressalta que:

a vegetação dos cerrados, tendo se desenvolvido e se adaptado em algum momento do quaternário (ou mesmo dos fins do terciário), a essa estrutura de paisagens de planaltos tropicais interiorizados dotados de solos lateríticos, é certamente um dos quadros de vegetação mais arcaicos do país.

Há algumas semelhanças de solo e vegetação entre a Serra e o Pantanal Aquidauanense, o que de uma visão mercadológica facilita a venda do produto.

No clima da região predominam-se, segundo Pinto (1998), dois períodos distintos: o período das chuvas que geralmente prolonga-se por seis meses, de outubro a março, sendo os meses de dezembro e janeiro com 30% de precipitação total, e a estação da seca nos meses de junho, julho e agosto, quando remontam apenas cerca de 5,6% de precipitação anual.

Sant’anna Neto (1993) lembra que mesmo na época da seca a estiagem não é tão rigorosa, isso porque os rios nascem no Planalto de Maracaju e demoram cerca de um a dois meses para provocarem cheias no Pantanal de Aquidauana/ Miranda, contribuindo assim com expressiva umidade da área.

Segundo Pinto (1998) geralmente a média térmica da região é alta, ficando em torno de 25°C, enquanto a média mensal do mês mais quente (janeiro) alcança 27,5°C e a do mês mais frio (junho) chega a 22,5°C. Entretanto, são comuns na região temperaturas superiores a 40°C nos meses de verão e, nos meses de inverno, temperaturas mínimas de menos de 5°C.

Os três municípios que têm ligações com as propriedades estudadas (Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti) possuem características, principalmente naturais que contribuem para a continuidade das mesmas.

## 2.1 DOIS IRMÃOS DO BURITI/ MS

Segundo Mathias (2003) o município de Dois Irmãos do Buriti, onde se localiza a Pousada Sol Amarelo, faz parte da microrregião geográfica MRG – 02 Aquidauana, antigo município de Anastácio, quando era chamada de Colônia Dois Irmãos.

O município de Dois Irmãos do Buriti pertence à Comarca de Aquidauana e está localizado geograficamente na porção central de Mato Grosso do Sul; tem como limites Aquidauana: norte e nordeste, Sidrolândia: sul e sudeste; Maracaju: sul; Terenos: leste e Nordeste e Anastácio: oeste e sudeste.

Dois Irmãos do Buriti não possui relação expressiva com o turismo, é voltado à agropecuária.

Ainda conforme Mathias (2003) domina nessa região a vegetação do tipo savana arbórea densa (cerradão), que se caracterizam pelos agrupamentos de espécies arbóreas, xeromorfas, de fustes finos e tortuosos; o tamanho médio das árvores é de 10 metros e sem ramificações na parte inferior. Destacam-se a Sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), Tingui (*Magonia pubescens*), Gonçalves-Alves (*Astronium fraxinifolium*), Angicos (*Parapiptadenia rígida*), Jatobá-do-campo (*Hymenaea stigonocarpa*), Vinhático do campo (*Plathymenia reticulata*) e Capitão-do-campo (*Terminalia argêntea*).

A savana arbórea aberta (campo cerrado) também se destaca com sua formação vegetal de fisionomia campestre, espécies baixas e tortuosas; está esparsamente distribuída no solo coberto por um estrato de graminóide contínuo, com plantas lenhosas raquíticas e palmeirinhas caules.

Também se encontra uma faixa entre o domínio do campo cerrado e da floresta estacional, mas com dominância do cerrado.

## 2.2 ANASTÁCIO/ MS

Para Silva e Acosta (2005) o município de Anastácio tem como domínio de sua vegetação a savana (cerrado) em diferentes fisionomias: arbórea densa, arbórea aberta, parque e contato/ floresta estacional. Essa vegetação, bem como nos outros municípios, vem sendo descaracterizada pelas ações antrópicas.

Os principais cursos d'água que passam pelo município são os rios Taquarussu, Dois Irmãos (margem esquerda), Nioaque, Miranda e Aquidauana.

Quanto ao turismo, na área urbana, assim como Aquidauana, há pouca atratividade, são casarões antigos, algumas festas típicas, como a festa do peixe e a “prainha” às margens do rio Aquidauana. Já na área rural há alguns empreendimentos turísticos, contudo, não há um controle dos mesmos; não se conhece ao certo a quantidade de localidades que exploram o turismo nessa região, além de haverem vários em situação irregular.

A infra-estrutura para receber turistas na área urbana, é quase inexistente. Para realmente atender a turistas apenas um hotel possui as características adequadas, e por localizar-se próximo a rodovia atende uma demanda, principalmente de pessoas que estão apenas passando pelo local – viajantes.

## 2.3 AQUIDAUANA/ MS

O Município de Aquidauana localiza-se na porção centro-oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, possui uma extensão de 16.959 km<sup>2</sup>. Sua sede, distante cerca de 128 Km, em linha reta, de Campo Grande, apresenta um perímetro urbano de 21,62 Km<sup>2</sup>.

Segundo Silva e Acosta (2005) no município de Aquidauana destaca-se a vegetação do tipo savana (cerrado), em suas diferentes fisionomias: arbórea densa, arbórea

aberta, parque, gramíneo-lenhosa e contatos com floresta estacional e savana estépica, além de uma pequena área de floresta aluvial.

A savana estépica é uma faixa de tensão entre domínios florísticos da savana e savana estépica, onde se constata uma mistura de espécies dos dois municípios florísticos.

A floresta estacional semidecidual aluvial é uma formação florestal ribeirinha que ocupa as acumulações fluviais quaternárias. Suas principais características florísticas variam de acordo com a posição geográfica, apesar de as árvores caducifólias do gênero *elytrina* demarcarem tipicamente esta formação.

A savana parque (campo sujo) caracteriza-se por apresentar fisionomia estritamente campestre, formada pelo estrato graminóide contínuo ou em forma de touceira, entremeada por espécies vegetais arbóreas raquíticas dispostas de maneira mais ou menos ordenadas e espaçadas. Destaca-se a *Curatela Americana* (lixeira) e *Tabebuia* (ipê-caraíba).

Savana gramíneo lenhosa (campo limpo) é uma formação vegetal estritamente campestre, apresentando um substrato graminóide entremeado de plantas lenhosas raquíticas e pequenas palmeiras acaules, desprovida de sinúsia fanerofíticas, com exceção das faixas de floresta de galeria que muitas vezes ocorrem, serpenteado, no interior da formação. Uma de suas características refere-se à cor verde na época das chuvas e palhenta na seca.

Contato savana gramíneo lenhosa/ floresta estacional: faixa de tensão entre domínios florísticos da savana e da floresta estacional, com dominância da savana gramíneo lenhosa.

Contato savana/ floresta estacional semidecidual aluvial: faixa de tensão entre domínios florísticos da savana e da floresta estacional semidecidual aluvial, com dominância deste último.

Ainda para Silva e Acosta (2005) Aquidauana possui uma rede de drenagem complexa, seus principais rios são: o rio Negro, rio Taboco e o Aquidauana. O rio Negro possui sua cabeceira na Serra de Maracaju, é um rio de grande influência, pois, na época da seca é ele que fornece água ao gado da região, nesse rio apenas a modalidade de pesque e solte é autorizada, ele banha muitas fazendas que trabalham com a atividade turística.

Já o rio Taboco que também nasce na Serra de Maracaju, passa pelo município de Cipolândia, juntando-se ao rio Negro próximo a fazenda Barra Mansa.

Quanto ao rio Aquidauana, segundo Robba (1992), esse tem suas cabeceiras em diversas partes da Serra de Maracaju; no município de Rio Verde, possui cerca de 1.200 km de extensão, juntando-se ao rio Miranda aproximadamente a 100 km de sua foz no rio Paraguai; tem como afluentes os rios Taquaruçu, Negrinho, Vermelho, Cachoeirão, Dois Irmãos do Buriti e Abobral.

Esse rio sofre muito com a agropecuária e agora com a atividade turística desordenada, em vários pontos do rio encontram-se cenas de desmoronamento, assoreamento, lembrando que, essa área já é propícia a esse cenário devido suas características naturais já explicitadas, mas a ação humana acelera o processo, e os peixes já não são tão numerosos. Próximo aos distritos de Piraputanga e Camisão, apesar de vários problemas ainda exhibe grandes potencialidades devido à proximidade com as *cuestas* da Serra de Maracaju.

#### 2.4 A ATIVIDADE DO TURISMO EM AQUIDAUANA E REGIÃO

Enquanto o município de Dois Irmãos do Buriti restringe-se à agropecuária, Aquidauana e Anastácio estão despertando para o turismo, principalmente quando se trata da área rural e periurbana desses municípios.

Como lembra Guimarães e Queiroz (2003) Aquidauana oferece como principais pontos turísticos as aldeias indígenas, as ruínas de Xaraés, o morro do Paxixi, os distritos de Camisão e Piraputanga com seus atrativos naturais, além da área urbana dos dois municípios que por guardarem monumentos históricos chama a atenção de pesquisadores e de turistas que valorizam a cultura.

No entanto, a infra-estrutura para a recepção turística, como mencionado, é deficiente e a população não é incentivada pelo poder público para aderir ao turismo.

Ou seja, o turismo acontece nessas localidades pela vontade de certos empreendedores que acabaram restringindo a vinda do turista apenas para suas propriedades. Os órgãos responsáveis pelo turismo no município possuem dados

desatualizados, que se encontram em anexo; percebe-se, então, uma falta de controle do turismo nessa região.

Segundo funcionário da Secretaria de Turismo de Aquidauana, essa desatualização de informações é um reflexo do desinteresse de empresários, comunidade e corpo acadêmico, pois o município possui um curso de Turismo, mas os acadêmicos e professores não buscam interação e convênios que realmente proporcionam dados, informações e resultados, com essa Secretaria.

Em Aquidauana, segundo Unten (2004, p. 65) a Secretaria de Turismo Municipal tinha como objetivo, juntamente com a parceria de uma sociedade organizada, consolidar a atividade turística nesse município, visando a “estruturação, regulamentação, promoção e gestão, inserindo Aquidauana na oferta turística nacional e internacional”.

No entanto, é visível que pouco foi realizado em prol desse objetivo. Teve certo investimento no Distrito de Piraputanga para incentivar o Turismo, na “Estrada Parque”, no entanto para que essa atividade se desenvolva bem e sem trazer maiores conseqüências são necessárias outras mediadas; a cidade não conta com infra-estrutura desde restaurantes ou locais para distração do turista, até questões mais básicas e necessárias como sinalização turística, hospitais, saneamento básico ainda estão muito longe de serem as ideais.

### **3. TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS**

---

Apesar do destaque das questões ambientais e pelo menos da aparente mudança de pensamento em relação ao meio, nota-se a aceleração de alterações climáticas, danos à fauna e flora, assoreamento de recursos hídricos entre outros impactos ambientais, o que deveria estar ocorrendo ao contrário, infelizmente apesar de todas as propagandas, programas entre outros, a favor dos cuidados com o ambiente, a população em geral ainda não se deu conta da importância de pequenas atitudes do dia-a-dia; muito se fala, e pouco é feito.

Através das propriedades, Pousada Sol Amarelo e Pesqueiro 110, pode-se perceber problemas de cunho socioambiental que salientam certo descaso por parte de empresários, Poder Público e até mesmo falta de cobrança por parte da população. Esses empreendimentos turísticos, atividade expressiva no Planalto de Maracaju – Campo Grande, mostram uma pequena parte da realidade de inúmeros locais, principalmente quando se trata de pequenas áreas que muitas vezes ficam à margem da fiscalização constante.

### 3.1 POUSADA SOL AMARELO – DOIS IRMÃOS DO BURITI/ MS



Foto 1: Portal de entrada da Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

A pousada Sol Amarelo localiza-se a 8 km da BR 262, km 461, do lado direito da pista – direção Campo Grande – Aquidauana, no município de Dois Irmãos do Buriti/ MS.

As terras onde se localiza a Pousada Sol Amarelo foram adquiridas inicialmente com interesse na pecuária, no entanto, a mesma é dedicada à atividade turística, por localizar-se às margens do Rio Aquidauana e ser uma propriedade de pequeno porte, foi escolhida para a verificação da transformação socioambiental encarando a mesma como modelo genérico em relação às demais pequenas propriedades da região, como explicitado.

Essa propriedade é pertencente a Luiz Mario Flávio (43 anos), natural de Campo Grande, o mesmo reside no Estado há mais de 10 anos. Em entrevista, José Rafael Flávio (67 anos), pai do proprietário, forneceu uma pequena noção de como surge a maioria dos empreendimentos turísticos na região.

A propriedade foi adquirida em meados dos anos 90, a mesma era constituída por 66 hectares estendia-se até os Morros da Serra de Maracaju, até o ano de 2007 passou a se constituir de 12 hectares, é o fator de divisão de terras salientado por Gonçalves (2006), o que não tem expressão negativa para a implantação da atividade turística, pois como citado por Nicolás (1996 *apud* MARIANI 2000, p 26) e Moraes e Costa (1999) o que precisa para a exploração dessa atividade não é o espaço e sim as virtualidades do mesmo, elemento que pela lógica de produção não teria valor.

Desde 1991, já havia indícios da nova atividade que se tornaria a principal fonte de renda dessas terras – o turismo, havia uma pequena demanda que se dirigia ao local para praticar a pesca – tipo de turismo expressivo na época, no entanto, não havia estrutura para tal negócio, o que também não acarretava encargos negativos nesse período, como explicitado anteriormente.

As terras foram adquiridas com algumas alterações ambientais, a principal é a represa, a mesma devido à má implantação já causou muitos danos ao local; no início dos anos 90 ela foi rompida por uma grande enchente, conforme mostram as fotos 2a e 2b, mesmo depois de reconstruída vêem-se alguns vestígios dessa obra empírica.



Foto 2a: - Lado direito da represa – vestígios dos estragos feitos pela enchente e restos de construção

Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 2b - Vestígios dos estragos feitos pela enchente e restos de construção no lado direito da represa

Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Como conseqüências dessa enchente, segundo o proprietário, houve grandes problemas com erosão, esses danos nessa região já devem ser previstos, pois, devido ao tipo de solo e outras características da localidade salientadas no capítulo anterior, sabe-se da grande suscetibilidade de erosão. A falta de conhecimento prévio, ou seja, as atitudes empíricas acarretam esse tipo de cenário.

Devido a essa erosão o local onde se encontra o atual restaurante desmoronou na época; esse é um exemplo de erros freqüentes nessas localidades, apesar de destacar a importância dos cursos d'água para o planejamento de uma área, nesse local, não se levou

essa relevância em consideração, as fotos acima mostram vestígios de um dano visual e ambiental, mas que não se restringe a esse ambiente é todo um sistema abalado por uma ação, aparentemente, pequena e resolvida; é um sistema que se altera por um problema em um de seus elementos, como discutido anteriormente.

Depois desse episódio, a represa foi reconstruída mais duas vezes, sendo a primeira, novamente destruída por outra enchente e a segunda, como mostra as fotos 3a, 3b e 3c, encontra-se até então intacta e resistindo as enchentes, comuns dessa região. Pela grande quantidade de enchentes comprova a baixa altimetria da localidade, apesar de encontrar-se em área de planalto, como mencionado.



Foto 3a: Represa que hoje configura um dos atrativos do local  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 3b: Represa que hoje configura um dos atrativos do local  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 3c: Represa que hoje configura um dos atrativos do local  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Após o término das aparentes recuperações do ambiente, o mais novo proprietário, Luiz, começou a construção de apartamentos, aboliu o camping da propriedade e no ano de 2007 aumentou o número de leitos no local. Como mencionado foram aparentes as recuperações, pois como nota-se a foto 3c mostra o entorno do lago sem vegetação é um cenário nítido de assoreamento.

O proprietário tem a pousada como uma segunda residência, pois se encontra na propriedade nos fins-de-semana e de segunda a sexta-feira reside na cidade de Campo Grande/ MS.

A pousada dispunha até o período anterior as reformas no ano de 2007, de 33 unidades habitacionais (UHs), sendo um total de 132 leitos e utiliza o sistema *Day use*, sistema esse que conforme Aires (2005) defini-se como a utilização de um ambiente turístico por algumas horas do dia não havendo o pernoite.



Foto 4: Fachada da pousada Sol Amarelo  
 Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006



Foto 5: Entrada da Propriedade  
 Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Inicialmente para agradar os visitantes, o proprietário relatou que utilizavam o sistema de Ceva, para atrair animais, porém as pessoas da região começaram a matar os mesmos, que se tornaram presas fáceis, o que fez com que eliminassem essa prática. O relato mostra o quanto esse sistema é antrópico como citado no primeiro capítulo, além disso, esse cenário retrata a modificação do meio para atender “necessidades” de uma população exógena e que apenas estão nesse ambiente para relaxar, é um simples produto para eles, como bem discutiu Ferreti (2002).

As fotos 4 e 5 mostram a entrada da propriedade; na foto 4 destaca-se o termo SPA, pois segundo o proprietário a localidade nunca pode ser considerada um SPA, foi um erro e ele iria tirar a palavra do Slogan.

Para atender essa demanda que tem interesse de aliviar o estresse, o empreendimento foi voltado ao turismo de lazer e o de aventura, tipos de turismo que possuem grande demanda, pois é uma mistura do descanso e da aventura com áreas naturais, o que encontra-se em destaque.

A entrada da Pousada na foto 6 mostra a falta da ruralidade discutida nesse trabalho, são fios de rede elétrica, jardins esculturados, e é esse ambiente que o turista dessas localidades procura, um ambiente com maiores características naturais, mas com as facilidades e paisagens de um clube.



Foto 6: Entrada da Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

A Pousada Sol Amarelo, assim como inúmeras propriedades rurais nessa área, não seguiu as normas de licenciamento e não passou por um controle de manejo para realizar as suas construções, a mesma foi instalada e posta em funcionamento sem devidos processos legais. Apenas em 2000, através de uma engenheira ambiental, obteve os licenciamentos necessários, uma das modificações que teve foi a mudança da lavanderia que se encontrava muito próxima ao Rio Aquidauana, que tem a propriedade em sua margem esquerda.

Quanto a seus funcionários, esses possuem carteira assinada, sendo que alguns deles trabalham apenas em finais de semana e feriados, período em que há público na propriedade.

### 3.2 PESQUEIRO 110 – ANASTÁCIO/ MS

O Pesqueiro 110, localiza-se na BR 262 km 466, município de Anastácio/ MS. O empreendimento encontra-se em funcionamento há 15 anos totalmente dedicado à atividade turística em especial ao turismo de pesca e de lazer.

A entrada da propriedade (foto 7a e 7b), bem como da Pousada Sol Amarelo, mostra a falta de ruralidade, são letreiros luminosos que se destacam no verde, porém não se enquadram no local tornando-se uma poluição visual.



Foto 7a: Fachada do pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de campo 25/10/2006



Foto 7b: Fachada do Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

A propriedade dispõe de seis unidades habitacionais (UHs), totalizando trinta leitos, é classificado como pesqueiro, utiliza o sistema *Day use e camping*. Tem como proprietário Carlos Sato (53 anos), natural de Mirandópolis/ SP, conforme dados das entrevistas, residente em Aquidauana/ MS.

Essa propriedade encaixa-se nos empreendimentos discutidos por Banducci (2001) por estar localizada às margens do Rio, com uma infra-estrutura básica, o que determina o tipo de turista que deseja – pescador; mas esse tipo de imóvel, como lembrou o autor, causa grandes danos, desde o ambiente em que está localizado, e mesmo sendo de pequeno porte, totalizando cinco hectares, encontra-se em um ambiente natural muito frágil, o que acontece nessa localidade tanto positivo quanto negativo, reflete num sistema maior.



Foto 8: Entrada do Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Através da foto acima, o local apresenta-se bem arborizado, no entanto as faixas, placas não condizem com o local, tornam-se uma mancha na paisagem, e completando esse cenário negativo, essa arborização é apenas na entrada, depois dessa ponte, grande porção dessa pequena propriedade está sem a sua vegetação nativa.

Sobre a atividade empregada, destaca-se a pesca, como mencionado. Tal atividade teve seu auge a partir da década de 80 e com isso surgiram inúmeros empreendimentos nas margens dos Rios para atender tal demanda como referido anteriormente; a grande maioria dos empreendimentos na região estudada é, em geral, pesqueiros de pequeno porte,

oferecendo a estrutura básica para pescadores. Uma problemática a respeito desse quadro descrito refere-se à prostituição, Banducci (2001) indiretamente, quando trata da mudança cultural da população de Miranda/ MS com a chegada do turismo de pesca num momento em que a situação econômica da região não estava boa, lembra esse problema. Uma característica para esse tipo de turismo, na localidade estudada, é a não exigência de infraestrutura de luxo.

Contudo, nos últimos anos as leis que regulamentam a pesca e a fiscalização aumentaram; a pesca, como já citado, decaiu; a mídia promoveu o Ecoturismo, contradizendo os preceitos de tal atividade turística; esse novo quadro excluiu inúmeros pescadores que degradaram seus espaços em prazo muito curto, por falta de investimentos no cuidado com o ambiente, como citado por Dias (2003), outro problema foi o desmatamento das margens dos rios, o que causou o assoreamento destes, conseqüentemente diminuiu drasticamente o número de peixes e somando a poluição das águas por causa do lixo, muitos empreendimentos, principalmente os que persistem em continuar nessa linha de raciocínio, estão em fase de estagnação ou já entraram em decadência ou ainda, simplesmente, foram abandonados, como foi o caso de algumas propriedades com características similares aos dos objetos estudados.

Percebe-se grande relação nas características entre as Pousadas pesquisadas, pois além dos pontos citados há explícito que o mercado dita as regras do espaço, sempre para atender exigências de uma demanda, como discutido, essa população exógena que vê o ambiente, na maioria das vezes, como uma simples mercadoria; no entanto, o produto turístico não é descartável.

Além da problemática explicitada anteriormente encontra-se também irregularidades em relação aos funcionários da propriedade, bem como a estruturação da atividade turística explorada – a pesca – na localidade; temos na área de estudo, problemas quanto aos licenciamentos necessários para o funcionamento de qualquer atividade que implique transformação e impactos no meio, como mencionado no primeiro capítulo.

Em relação a tais licenciamentos, esses passaram a ser cobrados efetivamente a partir da década de 80, e juntamente com a fiscalização mínima, há um quadro de impactos ambientais, como pode ser observado nas fotos 9 e 10.



Foto 9: Mata ciliar inexistente e construções irregulares  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 10: Construção ao lado do córrego que se direciona ao Rio Aquidauana  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Como se pode observar há estruturas da propriedade muito próximas das margens do Rio, a foto 10 mostra uma área de lazer em que logo após o final do piso, onde se encontram as árvores, é um curso d'água.

Os problemas enfrentados por esse empreendimento é a realidade de muitas propriedades com essas características, ao longo da Bacia do Rio Miranda (a qual essa área faz parte) as alterações empíricas que foram e estão sendo realizadas neste ambiente são de grande importância ao serem expostas, pois poderá evitar dessa ser mais uma propriedade a entrar na lista dos desativados, definitivamente, apesar dos estragos causados pela mesma até então, perdurarem por muito tempo.

O proprietário, em entrevista, relatou que iniciou um trabalho de inserção de peixes no Rio, mas logo parou. Essa é uma prática suscetível a grandes erros, quando não houver orientação adequada. A falta de preparo de muitos empresários unido ao descaso, a despreocupação com o ambiente, alimenta situações como as expostas até então.

A propriedade, apesar de suas dificuldades financeiras e problemas ambientais, ainda perdura, isso se deve principalmente a sua localização, é o ponto em que o Rio Aquidauana mais se aproxima da rodovia, como citado.

Em relação a seus funcionários, o empreendimento emprega cinco funcionários, no entanto, não é um emprego fixo, ou seja, se há previsão de visitantes em determinado dia o proprietário chama os funcionários, do contrário, não. Nenhum funcionário possui carteira assinada, são pessoas, em sua maioria apenas com o ensino fundamental, dos municípios de Aquidauana e Anastácio/ MS, áreas urbanas mais próximas.



Foto 11: Restaurante do Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Os mesmos ganham uma diária de R\$ 25,00 reais, não possuem salário fixo e como mencionado, nenhuma segurança previdenciária. O turismo devido sua sazonalidade, propicia o mercado informal e o proprietário utiliza dessa lacuna para explicar tal situação.

Na foto 11 observa-se a funcionária do restaurante, a mesma aparenta ser tímida mantém-se de cabeça baixa, característica ruim para pessoas que trabalham com a atividade turística.

### 3.3 INVESTIMENTOS: UMA GARANTIA DE CONTINUIDADE

Como discutido por Seiffert (2007) o que leva uma empresa a promoção, principalmente depois da ECO 92, é a preocupação com o meio ambiente, e uma marca dessa preocupação que é bem vista por visitantes e acaba os atraindo são os ISOs. Mesmo se as pessoas buscam um local apenas para relaxar, passa ser status elas estarem num local bem visto pela sociedade, uma localidade que elas terão satisfação de dizer “estive lá”. Diante dessa visão da sociedade, empresários, que querem ter competitividade no mercado, seja por parte do turismo, sejam em outras áreas da economia, precisam se adequar.

As propriedades tanto da região do Pantanal, quanto do Planalto de Maracaju – Campo Grande, na maioria não trabalham em sistemas de rede, parceria, principalmente por causa das distâncias, que realmente, são obstáculos para tal interação.

As mesmas então tentam se promover sozinhas, cada empresário trabalha da sua maneira, contudo, como discutido, para manter um ambiente saudável e belo e assim utilizar suas virtualidades para torná-lo produto, não basta cuidar de uma parte dele e sim de todo o conjunto.

A Pousada Sol Amarelo não possui nenhum envolvimento ou interesse no trabalho em conjunto com as propriedades do entorno, o proprietário da mesma, considera trabalhosa a interação entre as propriedades da região; como mencionado, esse empresário cuida da mata ciliar que contorna sua propriedade, entre outras atitudes que fazem os visitantes se agradarem com o local visitado.

Ele faz questão de mostrar um local atraente, conservado, limpo, entretanto, esses mesmos visitantes durante o percurso até a Pousada ou mesmo na descida de Bóia-cross – passeio fornecido pela propriedade – se deparam com localidades sujas, encostas desmoronando, o que não contribui para a imagem de “empresários preocupados com o ambiente”, nem mesmo incentivam a promoção da Educação Ambiental desses visitantes.

O proprietário do Pesqueiro 110, apesar de trabalhar em conjunto com a Pousada e Pesqueiro Ipê, pousada próxima do Pesqueiro 110, justamente pela extensão que o pescador muitas vezes tem que descer ou subir o rio, em busca de peixe, não se preocupa, bem como o proprietário da segunda Pousada com a imagem do local. Percebe-se isso diante da cena em frente à Pousada e Pesqueiro Ipê (foto 12), lembrando que está imagem não é difícil de encontrar.



Foto 12: Tamanduá Bandeira atropelado em frente da Pousada e Pesqueiro Ipê/ BR 262  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Esse descuido por parte dos empresários, juntamente com a imprudência tanto dos visitantes, quanto das pessoas que passam por essas rodovias e estradas diariamente deteriora a imagem da localidade, principalmente se algumas delas querem demonstrar cuidados com o meio.

Mesmo com os problemas que as propriedades dessas áreas enfrentam, a exemplo dos empreendimentos estudados, muitos vão progredindo, a passos lentos ou não.

Diante desse comentário o gráfico abaixo mostra o grau de satisfação, por parte dos proprietários, com o empreendimento e se o fluxo de visitantes compensa a manutenção da localidade.

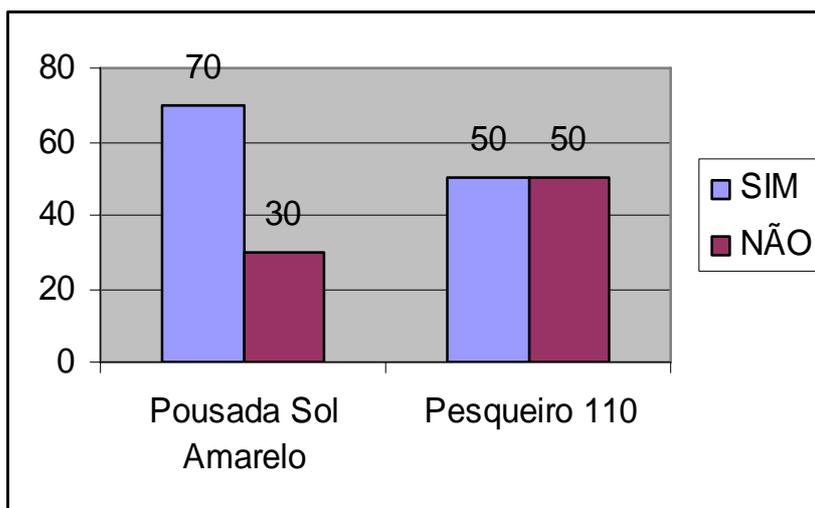


Gráfico 1: Grau de satisfação com o empreendimento  
 Fonte: Levantamento de Campo 05/2007

Como se pode visualizar o proprietário do Pesqueiro 110 está num certo equilíbrio quando relacionado ao grau de satisfação com o empreendimento, isso mostra certa estagnação do mesmo, o proprietário frisou em entrevista, que se tivesse que manter funcionários fixos, pagar salário, manter carteira registrada, não compensaria, mas como seus funcionários são *free lances*, consegue dar continuidade ao negócio, ou seja, o Pesqueiro 110 já não está rendendo tantos lucros, principalmente diante das dívidas que o proprietário até então possui com a justiça devido aos danos ambientais que causa.

Quanto ao proprietário da Pousada Sol Amarelo, esse ressalta a sazonalidade entre dias de semana e finais de semana e feriados, outro motivo de queda no fluxo de pessoas é o frio e a chuva, mas apesar desses obstáculos diz estar satisfeito com os negócios, tanto estava que no decorrer do ano de 2007 aumentou suas instalações.

Os visitantes podem não estar tão interessados no fator natureza, mas a limpeza e o bom atendimento são imprescindíveis, o que o Pesqueiro 110 não tem posto em consideração.

Quando se fala em aumentar instalações refere-se à reinvestimento. Não podemos ignorar que o homem vai modificar todo e qualquer espaço em que estiver, em maior ou menor proporção; é necessário para mantermos o mínimo de conforto, já faz parte do “querer” do nosso cotidiano.

Guimarães (1994 *apud* CLAVAL 1997) ressaltou que modificando o meio sem ultrapassar os limites da natureza é um desenvolvimento sustentável, faz bem financeiramente ao homem e conseqüentemente à sua qualidade de vida.

E modificar o meio exige investimento, e para continuar inovando e utilizando determinado espaço deve-se fazer uma manutenção contínua, e isso requer custos, porém serão custos que, se bem implantados, trarão lucros contínuos.

Em relação ao reinvestimento nas propriedades, enquanto a Pousada Sol Amarelo reinveste 70% do lucro o Pesqueiro 110 dá como retorno ao empreendimento 30%; como dados financeiros são relatados superficialmente pelos empresários pode haver uma margem de erro nesses dados, porém é visível quando se investe em um local.

O precário reinvestimento é uma das causas dos impactos sofridos pelo ambiente. Esses problemas são intensificados pela localidade estar em um ambiente frágil e por sua finalidade – o turismo – perde-se ambiental e financeiramente. Mesmo que a propriedade não tenha um fluxo constante de pessoas cenas como mostram as fotos 13a e 13b, comprometem não só o ambiente, mas todas as propriedades do entorno, pois já é de conhecimento dos estudiosos do turismo que “turismo é imagem”.

Não se pode comparar os 70% de lucro reinvestido pela Pousada Sol Amarelo com os 30% do retorno do pesqueiro 110; é nítida a diferença do lucro de ambos, a Pousada Sol Amarelo é um empreendimento mais elitizado, com produtos, diárias, refeições mais caras, seja pela maior qualidade seja pela aparência do local; já o Pesqueiro 110 é um local mais popular, no entanto, isso não justifica a falta de cuidados com o meio.



Fotos 13a : Piscinas sujas com lodo beneficiam a proliferação de doenças/  
Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006



Fotos 13b: Piscinas sujas com lodo beneficiam a proliferação de doenças/  
Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

A Pousada Sol Amarelo, como já citado, possui ainda inúmeras irregularidades, no entanto caminha numa melhor direção, se os 70% realmente são reinvestidos não se pode comprovar sem o conhecimento das rendas da empresa, mas nota-se uma maior preocupação com a imagem da propriedade (fotos 14 e 15), o que não tem relação apenas com regularização.



Foto 14: Apartamentos da Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 15: Piscina da Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Segundo o proprietário da Pousada Sol Amarelo de tempos, em tempos a engenheira que fez o projeto ambiental da propriedade faz visitas para acompanhar as modificações, sua última vistoria foi no ano de 2005.

### 3.4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS

Todas as problemáticas discutidas até então diz respeito à sociedade em geral, pois como reflete Gonçalves (2006) quando fala da “pegada ecológica”, o mesmo ressalta que cada impacto que uma porção de pessoas causa, cria uma onda de impacto muito maior do que o problema inicial, o que atinge pessoas que pensam estar longe dos mesmos, ou seja, a problemática ambiental é social também.

Ao tratar especificamente os problemas do ser social, entenderemos questões como o direito das pessoas a um emprego, a um registro de trabalho que lhe garantirá seguridade futura.

A atividade turística como salientado, já foi considerada um “milagre econômico” por despertar interesse do capitalismo, em locais que aparentemente não tinham perspectiva de crescimento; o turismo é como uma teia que pode crescer quanto maior a diversidade do local; ela vem padronizando as localidades, mas tentando destacar o diferencial de cada um, pois é isso que é vendido. Faz-se do ambiente natural e dos

costumes uma simples mercadoria. Isso é ruim? Pode até ser, no entanto é mais uma alternativa de renda para muitas pessoas.

Essa atividade gera inúmeros empregos diretos ou indiretos, formais e informais, e esse trabalho informal passou a ser explorado por empresários do ramo de maneira exacerbada, e como referenciado, usando a sazonalidade do turismo como explicação para tal problema.

O mercado informal não é exclusividade do turismo, conforme o artigo *on-line* de Fortes da UERJ (2003), José Henrique Organista, doutorando do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), diz que o “trabalho informal é, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência e não uma escolha racional”, e é isso que mostra os dados do artigo em questão, salientando que o setor informal em 2002, representava 60% do mercado de trabalho. O próprio capitalismo por não comportar, principalmente, mão-de-obra não especializada, induz as pessoas para a busca dessa informalidade.

Porém, como todo processo, possui falhas; o trabalho informal autônomo permite muitas vezes que a pessoa se previna na questão previdenciária, há muitas pessoas que preferem o mercado informal, trabalham conforme querem, no entanto, a atividade turística possibilitou a exploração de outra parte do trabalho informal – os eventuais. Esse tipo de atividade sujeita a pessoa a trabalhar por diárias que não cobrem o esforço de seu trabalho, são cidadãos com pouco ou nenhum grau de instrução, geralmente.

Percebeu-se um número significativo de pessoas que trabalham nessa área de maneira totalmente informal, mas não autônoma, como os funcionários do Pesqueiro 110, que não possuem nenhum tipo de seguro ou estabilidade em seus empregos.

Esse quadro começa a crescer e aparentemente pode não trazer tantos problemas, pois principalmente em alta temporada, muitos cidadãos garantem seu sustento, mas com o passar dos anos não há garantias previdenciárias para essas pessoas que durante boa parte de suas vidas trabalharam na informalidade e não recolheram os tributos necessários, o que facilitou para o pequeno e médio empresário e prejudica a cada dia a situação social.

O gráfico abaixo apresenta dentro do universo de onze funcionários na Pousada Sol Amarelo e cinco no Pesqueiro 110 a situação previdenciária dos funcionários desses empreendimentos, vale destacar que alguns funcionários das duas propriedades possuem outros empregos, e ressalta-se que nesse trabalho não há muitas informações sobre os funcionários, pois os proprietários colocaram algumas oposições, disseram que poderia

atrapalhar o desempenho das atividades diárias, mesmo assim alguns deles através de conversas informais contribuíram com a pesquisa.

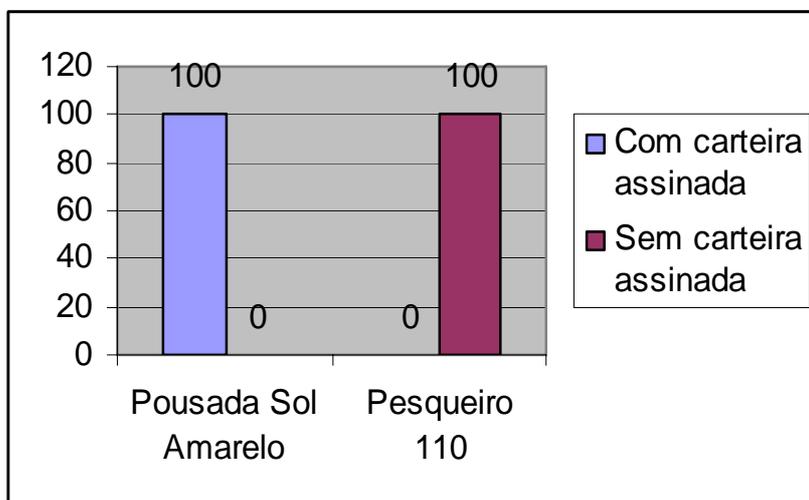


Gráfico 2: Questão previdenciária dos funcionários  
Fonte: Levantamento de Campo 05/2007

Muitos empreendimentos turísticos ou não, por essa falta de mão-de-obra especializada, principalmente nas cidades interioranas, contratam funcionários de localidades mais distantes, deixando de beneficiar com geração de empregos as localidades onde se localizam.

Mas além dessa problemática da falta de qualificação o proprietário da Pousada Sol Amarelo justificou a não contratação de pessoas dos municípios mais próximos de seu empreendimento – Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti e seus respectivos distritos – por considerar os cidadãos dessa região “preguiçosos”, o proprietário salientou a falta de assiduidade no trabalho, para ele são pessoas que “não gostam de trabalhar, inventam desculpas para suas inúmeras faltas para irem a festas ou até mesmo fazer algo de mínima relevância”. Por esta razão seus funcionários são trazidos de Campo Grande, pois vê neles maior disponibilidade para o trabalho.

Ao entrevistar um dos funcionários da Pousada Sol Amarelo, o mesmo relata trabalhar em Campo Grande de segunda à sexta-feira, e nos fins de semana vai para a pousada, afirma ser uma rotina cansativa, mas é o que necessita fazer. É relevante salientar que essas pessoas que trabalham em áreas rurais, mas são moradores de municípios grandes não possuem muita ligação com a localidade em que trabalham. Alguns funcionários, que por motivos éticos não cabe identificar, dizem que estão nessas

localidades apenas pelo salário, se em outro local, até mais próximo de sua residência, pudessem ganhar a mesma remuneração ou mais, sairiam desse empreendimento sem problema algum.

Percebe-se, portanto, a diferença do homem que trabalhava em fazendas dedicadas à pecuária ou à agricultura sem muita tecnologia, pois essas pessoas eram realmente ligadas à terra, era difícil saírem desses ambientes, a não ser se fossem para outras propriedades rurais. Isso contribui ainda mais para uma mudança mais rápida do meio, o mesmo passa a ter maiores influências urbanas devido a uma modificação cultural, como discutido no primeiro capítulo.

O proprietário do Pesqueiro 110, apesar de empregar pessoas de Aquidauana e Anastácio, por trabalhar com o sistema de *free lances* não contribui para que as pessoas desenvolvam maior afinidade com o local, e esse sistema de contratação também inviabiliza que ele possa investir em profissionalização de seus funcionários, ou seja, mesmo sendo pessoas autóctones há uma barreira em relação à afinidade com o local. O gráfico abaixo mostra a procedência dos funcionários dessas localidades.

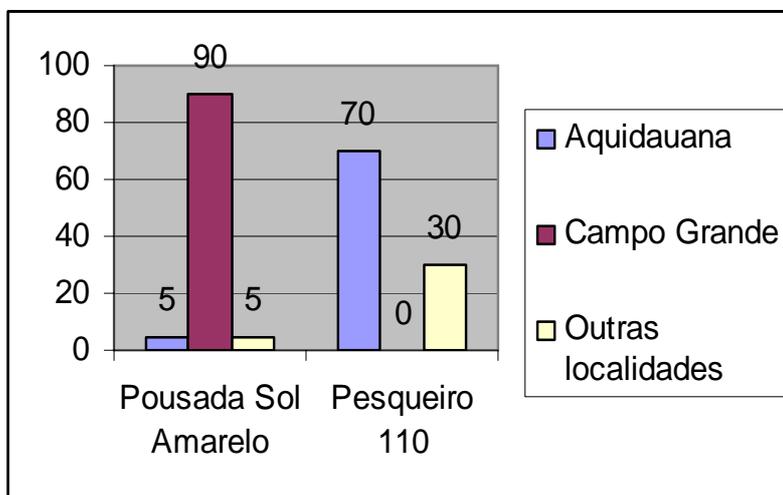


Gráfico 3: Procedência dos funcionários dos empreendimentos em estudo  
Fonte: Levantamento de Campo 05/2007

Outra face da relação social das propriedades dessa região, a exemplo dos empreendimentos estudados, é que o fato desses empreendimentos turísticos estarem localizados próximos a esses municípios não afetam de maneira positiva a economia dos mesmos, pois, todas as compras para as propriedades são feitas na cidade de Campo Grande, ou seja, o município, no qual estão instaladas essas propriedades, não ganham com

praticamente nada, apenas perdem, pois pessoas de Campo Grande são contratadas para trabalhar nesses locais com carteira assinada, mas, quando são pessoas da região ganham diárias baixíssimas, nem mesmo o comércio local se desenvolve as pessoas que visitam esses locais muitas vezes nem entram nas cidades e municípios no entorno, resumindo, Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti, para essas propriedades servem apenas para o depósito de seu lixo, além de serem as regiões que sofrem o impacto mais direto dos impactos socioambientais gerados por essas propriedades.

### 3.5 A “MUNDIALIZAÇÃO” DOS ESPAÇOS

Muito se discutiu sobre a modificação do espaço, a predominância do urbano sobre o rural, o que acarreta inúmeros problemas, principalmente a queda da qualidade de vida que antes esses ambientes mais naturais proporcionavam. E esses problemas são ainda mais amplos que nas áreas urbanas devido a maior dificuldade de implantar infra-estrutura que atenda toda essa localidade evitando que a mesma fique em condições tão precárias quanto as cidades encontram-se.

A atividade turística está acelerando esse processo interpretado como “rurbano” por Bauer e Roux (1976) e Freire (1985 *apud* PORTUGUEZ *et al* 2006) ou “neo-rural” como lembra Kayser (1990) percebe-se isso na foto 16 em que construiu-se um *play ground*, estrutura típica de clubes nas grandes cidades dentro de um ambiente que não é mais natural.



Foto 16: Play Ground, ambiente totalmente modificado/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Além disso, a expressão “play ground” enfatiza o nível de padronização, marca da globalização, nos ambientes dedicados a essa atividade, como bem lembrou Gonçalves (2006) é a valorização do global em detrimento do local, outro sinal dessa valorização é a marca do sorvete no restaurante da propriedade Pesqueiro 110.

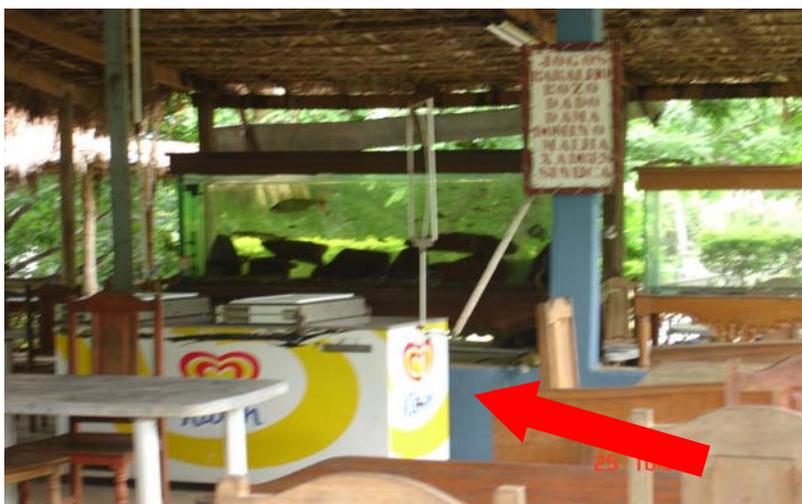


Foto 17: Freezer de um sorvete vendido em qualquer centro urbano/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

As pessoas preferem um *fast food* ou um alimento de marca conhecida do que experimentar comidas típicas, principalmente pessoas que procuram esse tipo de estabelecimento, esse comportamento é incentivado pelos grandes detentores do capital, que fazem seus produtos estar na preferência das pessoas através, principalmente, da mídia, mas essa padronização da cultura passa despercebida, pois o próprio indivíduo a trata como se fosse sua cultura realmente.

### 3.6 PODER PÚBLICO, LIXO, EMPRESARIADO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMBINAÇÃO QUE PODE DAR CERTO

Apenas o primeiro contato entre as duas propriedades, uma licenciada e outra não, Pousada Sol Amarelo e Pesqueiro 110, respectivamente, nota-se grandes diferenças, no entanto, o licenciamento diante da falta de fiscalização dos órgãos competentes, não tem a valia desejada.

Conforme o artigo 255 da Constituição Federal de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”.

Ainda por esse disposto ao Estado incumbe-se entre outras ações segundo o parágrafo 1º, incisos

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; III – definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

No entanto, em ambos os empreendimentos, através de entrevistas com os proprietários, notou-se a falta de ações dos órgãos públicos, principalmente municipais. Os problemas são visíveis, tanto dos empresários inclusos na pesquisa, bem como dos proprietários dos empreendimentos utilizados no pré teste dos questionários, mostram em vários níveis (uns mais outros menos) descaso com o ambiente natural.

Lembra Cruz (2000) que nas últimas décadas notou-se uma incapacidade do Estado de fazer valer suas políticas públicas, e observa, ainda, que o problema está na execução dessas leis que não garantem a aplicação das mesmas contribuindo para a não continuidade dessas.

A SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) foi criticada pelos proprietários. O proprietário da Pousada Sol Amarelo, que é licenciada, relatou que funcionários desse órgão visitam a propriedade, fazem vistoria no Rio, têm ciência através do contato visual com o assoreamento nítido do local, mas pouco é feito para diminuir a deterioração; quanto ao proprietário do Pesqueiro 110, que não se encontra licenciado, reclama das multas e embargos que recebe dos órgãos fiscalizadores, como se não tivesse conhecimento das ações errôneas que faz.

Em contraposto, ao entrevistar a responsável pela SEMA de Aquidauana, Solange Tatiana Fátima Espósito, fiscal ambiental da EMASUL, engenheira agrônoma com

mestrado em Geografia e especialização em perícia ambiental, a mesma disse que a função dessa Secretaria é gerenciar e executar as atividades que a SEMA de Campo Grande lhes permite. Eles são responsáveis apenas pelos licenciamentos de processos que entram por Aquidauana, como licenças para desmatamento, aproveitamento de material lenhoso, licenciamento ambiental para postos de gasolina, entre outros.

Contudo em relação à infra-estrutura, a mesma ressalta que “falta muita coisa essencial para uma fiscalização” ou qualquer outro tipo de atividade que são responsáveis, “nem mesmo carros a secretaria possui”, diante desse quadro impossibilita-se a desenvoltura dos trabalhos. Pensando em minimizar essa falta, a Secretaria fez um convênio com a Polícia Militar Ambiental (PMA) para que os mesmos se tornassem responsáveis pelas fiscalizações e aplicações de sanções, se necessário.

Sentiu-se então a necessidade de entrevistar esse outro órgão Estadual. Em entrevista ao 3º sargento do 2º Pelotão de Policiamento Ambiental, graduado em Geografia, confirmou-se a parceria, contudo também se destacou a falta de infra-estrutura; igualmente a outra secretaria possuem déficits de viaturas e outros equipamentos necessários para essa fiscalização. Mas, o entrevistado salientou que a responsabilidade dos mesmos é o policiamento preventivo, principalmente em relação à pesca predatória, o desmatamento, e outros. Quando há o caso de empreendimentos irregulares é feito notificações e enviadas para o Comando da Polícia em Campo Grande que repassa para o órgão competente, ou seja, a SEMA de Campo Grande, em casos administrativos, quando há responsabilidades de caráter criminal é encaminhado ao Ministério Público, com o qual também possuem convênio.

O que se percebe é um jogo dentro do poder público, a falta de investimentos por parte do governo, faz com que as responsabilidades de suas secretarias sejam repassadas umas para as outras e as irregularidades permanecem, pois acaba cada empresário sendo, através de sua consciência, responsável por um papel que também é dele, mas deve ser compartilhado com o Estado.

A fiscalização existe, mas não é tão eficaz e eficiente, quanto deveria. Esse quadro mostra uma deficiência no planejamento de um município, de um Estado, isso porque novamente um elemento que deveria estar cobrando atitudes, permanece calado por achar que todos esses estragos não a atinge – a comunidade. As fotos abaixo mostram cenas de

empreendimentos mal direcionados e aliados à deficiência na fiscalização e burocracia no Estado, permanece em pleno funcionamento.



Foto 18a : Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007



Foto 18b : Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007



Foto 18c : Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007



Foto 18d : Mosaico dos danos causados pela construção ilegal de represa/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007

A responsável pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) em Aquidauana, ainda em entrevista, relatou que o Pesqueiro 110 encontra-se com problemas na justiça, a mesma disse que se esse pesqueiro fosse seguir corretamente a determinação do espaço que pode ser utilizado para suas instalações, seria muito pequeno, cerca de 15m, local onde se encontra a residência do proprietário, isso pela propriedade se encontrar entre a rodovia BR 262, que exige uma distância de 40m, e o rio Aquidauana, que exigiria 50m de distância a partir do ponto máximo que alcance em épocas de cheia, são distâncias

determinadas em Lei, e deveriam ser respeitadas, o que parece não ser a intenção do proprietário; por esse motivo as obras da propriedade foram embargadas em 2004, segundo o próprio empresário, contudo, como o mesmo disse, através de políticos ele conseguiu, mesmo com todos esses problemas judiciais, permanecer em funcionamento.

A burocracia do Estado, a falta de infra-estrutura, todo esse quadro é um empecilho para o progresso de qualquer localidade, e juntamente com a corrupção faz todo esse cenário tornar-se mais difícil de ser regularizado, isso é bem lembrado por Gonçalves (2006) anteriormente, quando o mesmo referenciou as etapas históricas que ainda perduram, é uma dependência política que passa por cima de quaisquer necessidades seja ela social ou ambiental.

Ainda em relação aos órgãos públicos e atividades turísticas, não se pode deixar de lado a Secretaria de Turismo do Município de Aquidauana. Nessa Secretaria percebeu-se o descontrole por parte da mesma em relação aos empreendimentos ativos no município e região. Quando solicitado dados sobre a quantidade de empreendimentos turísticos nas áreas rurais e urbanas, foi entregue um relatório que se encontra em anexo, sendo que o mesmo está totalmente desatualizado, há propriedades relacionadas que já se encontram fechadas, e quantas mais já devem existir, principalmente no entorno do rio Aquidauana.

Novamente esse “controle”, principalmente a respeito da quantidade de turistas que freqüentam a região e procedência dos mesmos, fica na responsabilidade dos empresários do ramo. Não existe nenhuma espécie, portanto, de controle confiável da entrada e saída de visitantes no Estado, a exemplo desses empreendimentos. Isso seria de grande valia para a avaliação da mudança de comportamento das populações autóctones, em especial de municípios interioranos, como é o caso de Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti; locais clandestinos, mesmo para a atividade turística como já mencionado, pode levar a um crescente nível de prostituição, drogas e em relação ao mérito ambiental, um número expressivo de visitantes acarreta na emergência em obras de saneamento básico para a minimização de efeitos poluidores, sobretudo quando se trata de importantes cursos hídricos, como é o rio Aquidauana e adjacências.

Observa-se nos gráficos que a maioria dos freqüentadores são pessoas da capital do Estado, que não se distânciam muito das propriedades.

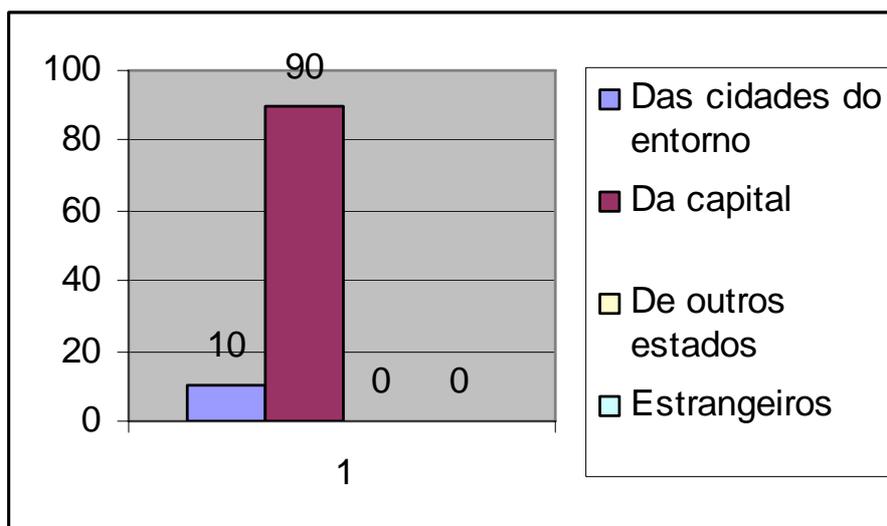


Gráfico 4: Procedência dos visitantes da Pousada Sol Amarelo  
 Fonte: Levantamento de Campo 05/2007

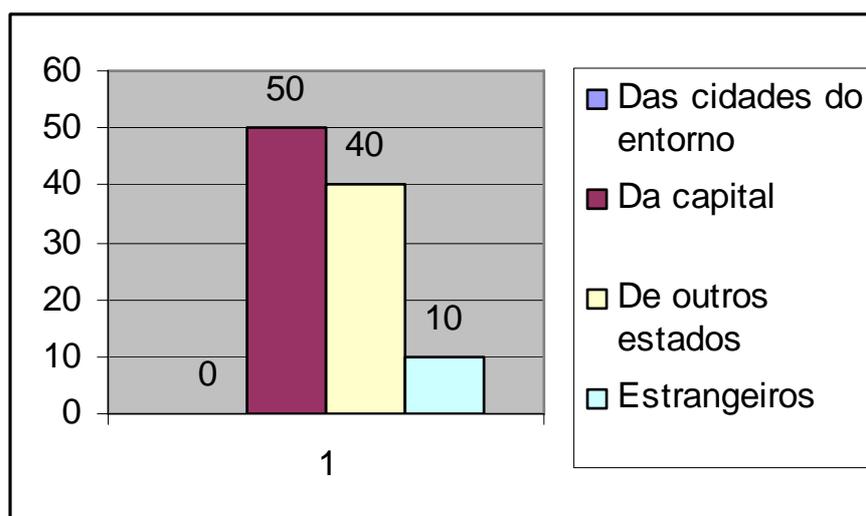


Gráfico 5: Procedência dos visitantes do Pesqueiro 110  
 Fonte: Levantamento de Campo 05/2007

Quando os proprietários foram indagados pela falta ou pequeno incentivo para que as pessoas das cidades e distritos do entorno visitem as localidades, como é feito nos pesqueiros de Campo Grande em que a maior parte do público é dessa cidade, ambos os proprietários relataram que não há o mínimo interesse dessas pessoas em ir a localidades rurais, principalmente da própria região, não há valorização por parte da população autóctone. O proprietário da Pousada Sol Amarelo salientou que já fez propagandas da pousada na cidade de Aquidauana há alguns anos, mas não obteve retorno, contudo tem a

intenção de reiniciar a propaganda diante de um pequeno crescimento no fluxo das pessoas da região na pousada, principalmente para o *Day use*, mas ressaltou também que o *Day use* é uma “conseqüência, sua propriedade tem como objetivo a hospedagem”. Essas explanações confirmam a busca do exótico ao seu cotidiano.

Revela-se então uma busca contrária: quem mora no interior, em pequenos municípios busca a capital ou localidades maiores, para um divertimento estranho ao seu cotidiano; já as pessoas da grande cidade em finais de semana e feriados prolongados preferem ir para locais exóticos ao seu dia-a-dia, sendo assim buscam o interior, mas sem deixar o conforto da cidade, seria “um banho de piscina com os pássaros cantando ao redor, árvores fazendo sombra, uma calmaria, mas tendo alguém para servir”.

Como explicitado os órgãos competentes ainda não conseguem ter domínio sobre os empreendimentos dessa região, seja por falta de apoio do próprio governo seja por culpa da própria população que não exige providências a respeito, pois, quem mais sofre os danos do descaso com o ambiente é a população mais pobre que não pode utilizar a tecnologia que o homem criou para se defender dos danos ambientais que ele mesmo gerou com a aceleração de processos naturais.

Então a responsabilidade recai não mais parcialmente, mas totalmente para os empresários; eles é que devem buscar auxílio para elaborarem seus projetos de maneira sustentável, e não apenas a questão ambiental, mas também financeiramente, pois como discutido, o homem sem a harmonia com a natureza traz queda da sua qualidade de vida e conseqüentemente maiores gastos, tanto com sua própria saúde, quanto com as revitalizações que terá que realizar num ambiente que já estava perfeito. E esse cenário trará maiores desgastes quando o ambiente deteriorado for a fonte direta de recursos financeiros do empresário.

Pensando por essa perspectiva percebeu-se que a conscientização ambiental, mesmo tendo ligação direta com as relações financeiras, ainda não está totalmente absorvida por empresários do ramo do turismo.

O proprietário da Pousada Sol Amarelo não possui nenhum projeto em prol da conservação do Rio Aquidauana, seu principal recurso, o mesmo se restringe a proteger apenas a mata ciliar a qual contorna sua propriedade, e como o proprietário do Pesqueiro 110 não tem interesse em fazer algo pelo Rio, como explicação para tal descaso falam da falta de conscientização de todos.

Esse é um exemplo de que o homem ainda não compreendeu que faz parte do sistema meio ambiente, e como discutiu Pinto *et al* (2007), a problemática ambiental não deve ser analisada em partes, é um conjunto. Se os proprietários dependem do rio Aquidauana para manter seus empreendimentos, principalmente o proprietário do Pesqueiro 110 que depende da pesca, os mesmos devem trabalhar juntos em prol do bem comum; não se retira a responsabilidade do Estado de fiscalizar, fazer seu papel, mas cada pessoa deve ter consciência de seus atos, e no caso dos empreendedores que estão diretamente ligados a essa bacia hidrográfica devem colocá-la em primeiro plano em seu planejamento, como ressaltou Pires e Santos (1995), essa deve estar em primeiro lugar.

Como salientado por Facincani (2006), a bacia de captação do rio Aquidauana na região do Planalto de Maracaju – Campo Grande é um solo com grande suscetibilidade de erosão e o descaso com o rio e o desmatamento de sua mata ciliar acelera esse processo.

Para evitar cenas de desmoronamento em seu empreendimento, o proprietário da Pousada Sol Amarelo utiliza o processo de reflorestamento natural, principalmente próximo à margem do rio, segundo o mesmo para minimizar o impacto visual com o desmatamento do restante da propriedade, que foi necessário para a implantação das áreas de lazer. A margem do rio não exposta, é uma justificativa do proprietário para as alterações realizadas nas outras partes da localidade. Na foto 19 pode-se observar a mata ciliar ligeiramente conservada.



Foto 19: Mata Ciliar na Propriedade Pousada Sol Amarelo, o Rio Aquidauana ao fundo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Quanto ao proprietário do Pesqueiro 110, em entrevista, salientou que procura não retirar a flora natural, e que faz o plantio de espécies como Ipê (*tabebuia*) e Guariroba (*Syagrus oleracea*), sendo o Ipê uma planta típica da região, no entanto, como mostram as fotos 20 e 21, há uma contradição com a realidade.



Foto 20: retirada da mata ciliar para implantação de redário/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 21: Redário no barranco do Rio/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Vale ressaltar que tanto o plantio de espécies exóticas, quanto a inserção de peixes no rio, tais atitudes do proprietário do Pesqueiro 110 são errôneas, podem trazer estragos ainda maiores, pois as plantas trazem animais que não são típicos da região e que podem

não ter predadores e os peixes também se não tiverem dentro de uma cadeia alimentar equilibrada, causam alterações bruscas no ambiente em que são instalados.

Percebeu-se então, que apesar das redes de drenagem terem teoricamente prioridade quando se refere a planejamento, não é bem o que acontece, ressaltando que os maiores danos foram encontrados na propriedade não licenciada.

Contudo, ao discutir anteriormente a atividade turística e seus impactos sejam eles positivos ou negativos, ressaltaram-se várias modificações que um número significativo de pessoas em um determinado local provocaria. E quando essas localidades são em ambientes rurais que passam a exigir infra-estrutura, devido à atividade explorada, os problemas são maiores.

A questão do lixo ou dos resíduos sólidos foi citada como uma das colaboradoras em relação aos problemas ambientais que a atividade turística traz.

Sobre tal temática, como lembrado por Grimberg e Blauth (1998 *apud* CAIXETA 2005) no primeiro capítulo, o que usualmente denomina-se lixo, em sua maioria é resíduo sólido, isso porque como lembra os autores o lixo não pode ser reutilizado, já o resíduo sólido pode passar pelo processo de reciclagem, e é esse método que poderia auxiliar empresários que possuem as dificuldades acima explicitadas.

Infelizmente, a falta de preparo de empreendedores em várias áreas traz como consequência, cenários desastrosos, isso não está relacionado apenas as áreas aqui estudadas, elas são apenas um exemplo de um comportamento ainda global, a “mudança” do pensamento ainda não influencia como deveria a prática.

A destinação do lixo do Pesqueiro 110, como mostram as fotos 22a e 22b, não dão motivos para vangloriar a mudança de comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente se cenas como esta ainda fazem parte do cotidiano.



Foto 22a: Queima do lixo na propriedade Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007



Foto 22b: Queima do lixo na propriedade Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006 e 25/03/2007

Conforme disposto na lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, capítulo II parágrafo único, apenas a queima controlada do fogo é permitida, assim mesmo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais e para fins científicos em áreas previamente definidas e não para desfazer-se de lixo doméstico e outros.

No capítulo I inciso III alínea “d” da mesma lei, proibi-se a queima de dez metros de largura ao redor das Unidades de Conservação, o que não foi respeitado pelo

proprietário como mostra a foto 23, lembrando que os rios são considerados Unidades de Conservação.



Foto 23: Queima do lixo da propriedade Pesqueiro 110 a poucos metros do Rio  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007

Como exposto, o lixo da propriedade Pesqueiro 110 em sua maioria é queimado já em relação à Pousada Sol Amarelo a diferença é o tipo de impacto, pois na propriedade, até o período da pesquisa o lixo, exceto as latas, era transportado para um contêiner localizado no Distrito de Piraputanga, ou seja, o lixo acaba tendo como destino final à cidade de Aquidauana. Antes desse processo de transporte de lixo, o mesmo era levado para Campo Grande, depois de realizada uma coleta seletiva, porém esse método tornou-se inviável.

O lixo da propriedade é transportado duas vezes por semana por um caminhão até Piraputanga, mesmo em baixas temporadas. Na propriedade há um estaleiro onde se armazena o lixo que será levado para a cidade. Além disso, há na propriedade um mini aterro sanitário aprovado pela SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), segundo o proprietário, o mesmo foi construído por uma engenheira sanitária, esse lixo também é levado para Piraputanga.

Quanto às latas, essas são recolhidas para serem vendidas em Campo Grande e no fim do ano o dinheiro arrecadado é investido em melhorias para os funcionários; antes as mesmas eram destinadas a um projeto de reciclagem em Piraputanga.

Em relação ao esgoto, segundo o proprietário em entrevista, esse é 100% tratado, sendo utilizados filtros anaeróbicos. Mesmo com esse cuidado, aparentemente maior, encontram-se cenas de descuido como mostram as fotos 24 e 25.



Foto 24: Sacos com lixo, espalhados/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 25: Lixo próximo ao Rio/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Essa problemática do lixo salienta que essa questão já não se restringe mais aos centros urbanos como afirmava Gonçalves (2006) e sim corrobora o que Dias (2003) ressaltou quando referenciou que esses visitantes acarretam por acumular lixo, problemas tanto na área em que o mesmo é produzido quanto na área urbana em que o mesmo será depositado.

Pensando em fomentar a reciclagem do “lixo”, a lei nº 2.661 de 6 de agosto de 2003, artigo 3º, dispõe sobre a política Estadual de Reciclagem de Materiais, que o cumprimento do disposto na lei acarreta concessão de benefícios, incentivos e privilégios fiscais, inserção da empresa de reciclagem em programa de financiamento com fundo estadual entre outros. É a lei através do seu poder “incentivando” a base da economia de recursos em reparação de danos ambientais com o intuito de evitar cenas como mostram as fotos 26a e 26b.



Foto 26a: Cenário do Pesqueiro 110/lixos espalhados  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006



Fotos 26b: Cenário do Pesqueiro 110/  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Como se vê alguns procedimentos simples trariam lucros em dobro para muitos empresários, basta ter iniciativa, vontade e consciência, que há maneiras de produzir economicamente sem danificar tanto o meio. Até mesmo para obter lucros, principal objetivo do capitalismo, são necessários investimentos e cuidados.

Ambos empreendimentos deixam salientar descuido com o meio físico, o lixo nesse caso acarreta tanto uma poluição do meio, quanto a poluição visual; são irregularidades que não podem ficar impunes, pois não afetam apenas o particular e sim todo um sistema, o que traz como conseqüências doenças, desequilíbrio ambiental, entre outros.

Por serem pequenas propriedades, as mesmas devem tomar medidas mais preventivas com o ambiente em que estão inseridas, pois é o que as mantém. Deixar de investir na propriedade não significa acúmulo de receitas e sim a destruição da fonte das mesmas. As fotos abaixo constituem um cenário que leva qualquer empreendimento as duas últimas fases de uma atividade: a estagnação e o declínio.



Fotos 27a : Lixo queimado próximo ao Rio/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Fotos 27b: Lixo queimado próximo ao Rio/ Pesqueiro 110  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 28: Lixo próximo ao Rio e falha na Mata ciliar/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/03/2007



Foto 29: Lixo espalhado próximo ao Rio/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

Como foi discutido no primeiro capítulo para modificar esse comportamento deve-se investir na Educação Ambiental.

Pela Constituição Federal de 1988, artigo 255 parágrafo 1º inciso VI, ao Poder Público incube “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, e segundo a lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, educação ambiental são “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”

É difícil modificar as ações costumeiras de uma pessoa adulta em relação ao meio em que a mesma vive, a menos que seja através de sanções, o que exige fiscalizações constantes, o que se percebeu não ser a nossa realidade.

O proprietário da Pousada Sol Amarelo possui ensino superior completo, e mesmo, aparentemente, ter tido maiores oportunidades na obtenção de conhecimentos, demorou a regularizar sua empresa; quanto ao dono do Pesqueiro 110, apenas possui o ensino médio completo, e resiste em conduzir o negócio ambientalmente mais correto.

Nível de escolaridade pode não justificar erros cometidos, principalmente, em meios naturais, já que a informação sobre esse tema está enfatizada em toda a sociedade, desde a década de 70, bem antes de esses empreendimentos entrarem em funcionamento, mas a educação ambiental deve estar no cotidiano de maneira formal ou informal, é um

auxílio para o próprio governo, se é complicado a correção, prevenir é uma chance de minimizar erros.

A foto 30 mostra alguns indícios da iniciativa para a mudança de pensamento a respeito da educação ambiental, infelizmente essas atitudes, muitas vezes, possuem o intuito de promover a empresa, mas já é um passo.



Foto 30: Tambores para facilitar a separação do lixo/ Pousada Sol Amarelo  
Fonte: Levantamento de Campo 25/10/2006

As transformações socioambientais que esses empreendimentos causam são de importante relevância, principalmente ao lembrar que segundo os dados, embora desatualizados da Secretaria de Turismo de Aquidauana, são mais de 10 empreendimentos abertos, esse número deve ser maior, bem como algumas das Pousadas e Pesqueiros do anexo I já estão desativados, e todos em maior ou menor proporção provocam os problemas durante o trabalho expostos.



O trabalho apresentado destacou a atividade econômica do Turismo, salientando principalmente seus problemas socioambientais por ser uma atividade que em alguns tipos ocorre em ambientes naturais, mas sem deixar de exigir a presença do conforto urbano, do moderno e, que muitas vezes é a atividade que mais “aproxima” as diferenças sociais; é uma atividade que em várias regiões explora a mão-de-obra barata juntamente com a exploração desordenada do ambiente em que se instala. É um “mundo de fantasias” criado para aliviar o estresse de quem tem tempo hábil e dinheiro para utilizar em prol do seu próprio descanso.

O Pesqueiro 110 e a Pousada Sol Amarelo são um pequeno exemplo da realidade dessa atividade, principalmente quando se trata de propriedades pequenas. São obras irregulares que a princípio são vistas como inofensivas, sem grandes problemas, mas, que, com o tempo, ocasionam desastres ambientais como assoreamento dos rios, queda de espécies nativas, entre outros e problemas sociais: consumo de água e animais contaminados, queda da pequena produção agrícola, entre vários inconvenientes, além disso, pôde-se verificar a exploração de mão-de-obra, em especial quando se trata de funcionários não registrados.

Percebeu-se com a pesquisa, que nesses pequenos empreendimentos, o maior interesse das pessoas que os freqüentam é a busca de uma área de lazer com pesca, piscina, passeios, do que propriamente o fator natureza.

Por essa característica do local deve-se dar mais ênfase para o cuidado com o meio, principalmente pelo poder público, pois para atender as necessidades desses visitantes os proprietários, se não tiverem uma consciência ambiental, mudarão bruscamente a localidade.

Mesmo o fato das propriedades estarem ligadas a uma rede de drenagem importante, não fez com que essa tivesse prioridade no planejamento, isso revela um descaso principalmente da própria população autóctone que não exige seu direito a uma boa qualidade de vida, muitas vezes por achar que as atitudes a serem tomadas restringem-se a sua casa. Apesar dessa falta de cobrança ser uma característica cultural, o próprio Poder Público poderia incentivar essa mudança de comportamento, a população cobrando o Poder Público vai cumprir com suas metas e empresários passaram a ser obrigados a cumprir as regras, pois sempre terá alguém fiscalizando.

Quanto às pessoas que trabalham nesses locais, no decorrer das entrevistas e conversas informais, demonstraram trabalhar nessas áreas simplesmente pelo dinheiro, porque precisam, não se importam de trabalhar em outro local se ganhassem a mesma remuneração. Esse é mais um problema, a falta de afinidade com o ambiente em que vive ou em que trabalha não induz a pessoa a exigir uma conservação do local.

Os proprietários vêem os funcionários de maneira diferente, mas com o mesmo objetivo. O proprietário da Pousada Sol Amarelo gosta de rapidez, eficiência, e como salientado na pesquisa o mesmo prefere pessoas da cidade de Campo Grande, pois considera a população de Aquidauana e região um tanto “descompromissada” com o trabalho; quanto ao proprietário do Pesqueiro 110 o que importa é a pessoa aceitar a diária que o mesmo oferece, nem mesmo dão a oportunidade ou incentivo para os mesmos auxiliarem na conservação do local, esse quadro inviabiliza a profissionalização dos trabalhadores, novamente uma maior fiscalização em relação a empresários que não registram seus funcionários, denúncias por parte da população e disposição dos organismos públicos diminuiriam esse problema.

Em geral pôde-se perceber que funcionários, empresários e população nem sempre enfatizam a conservação do meio, tudo o que é realizado é em prol apenas do lucro imediatista, e juntamente com a deficiência nos órgãos fiscalizadores, muitas vezes, nem o necessário para manter um ambiente saudável, o que renderia maiores lucros e melhor qualidade de vida para quem depende desses ambientes, é realizado.

Os órgãos fiscalizadores, além de outros problemas para melhor fiscalizar como falta de recursos e pessoas capacitadas, ainda, enfrentam os procedimentos políticos, que, constantemente, desautorizam os embargos de empreendimentos, que não cumprem pontos básicos para seu funcionamento, como aconteceu com a propriedade Pesqueiro 110 em 2004.

Quanto aos procedimentos para o licenciamento dos empreendimentos, a AIA ainda é deficiente, conforme alguns requisitos base que é criar licenciamento específico para cada tipo de atividade, isso como foi analisado ainda não é possível; os problemas são analisados conforme suas semelhanças, até por que cada ambiente possui peculiaridades únicas, bem como num planejamento para a criação de um empreendimento nenhuma avaliação de impacto deve ser igual à outra; o que causa danos irreparáveis num ambiente pode não ser tão tortuoso em outro local.

Em relação ao treinamento do pessoal de órgãos fiscalizadores, esse é mais uma deficiência no Brasil. Infelizmente, nem todos que trabalham em órgãos fiscalizadores possuem formação acadêmica para tal, apesar disso não ter sido relatado nas entrevistas, alguns funcionários públicos simplesmente preenchem o que um formulário exige e muitas coisas passam despercebidas. Essa problemática é em nível de país, e devido a isso há diariamente notícias nos jornais que indignam a população em geral, no entanto essa indignação é apenas enquanto lê ou ouve a notícia, depois nada ou pouco é feito para mudar o quadro, a educação no país que poderia minimizar esses quadros ainda não é prioridade dos governantes.

Muito se discute sobre a Educação Ambiental como a solução para esses problemas socioambientais, mas se esse processo não acompanhar o poder do homem se apropriar da natureza para consumi-la, essa atitude acabará sendo em vão.

Esse trabalho não teve o intuito simplesmente de condenar uma propriedade ou outra e sim mostrar o que acontece nas pequenas propriedades que surgem a cada dia para desenvolver a atividade turística, e chamar a atenção para que o meio acadêmico, órgãos públicos, população e empresariado possam trabalhar e desenvolver pesquisas viáveis para o melhor gerenciamento dessas áreas naturais que podem simultaneamente proporcionar lucros mantendo o ambiente conservado e para isso o envolvimento e comprometimento de todos no planejamento torna-se fundamental.

O homem pode explorar a natureza e conseguir o conforto necessário para sua vida, mas precisa ser mais responsável, ser sustentável, que como abordado na pesquisa não é sinônimo de estagnação e sim evolução seguindo os limites naturais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gênese de uma nova região siderúrgica: acentos e distorções de origem, na faixa Carajás/ São Luis**. In: *Pará desenvolvimento* nº 22, jul/ dez S. 3 – 15. Belém, 1987.

AIRES, Caroline Paiva. **Qualidade do sistema *Day Use* na Serra da Bodoquena: Estudo de caso – Estância Mimosa Ecoturismo e Recanto Ecológico Rio da Prata**. Aquidauana: UFMS (Monografia), 2005.

ASSINE, Mario Luis. **Sedimentação na bacia do Pantanal Mato-Grossense Centro-Oeste do Brasil. Tese de Livre-docência**. UNESP: Campus de Rio Claro, 2003.

BANDUCCI JÚNIOR, A. e MORETTI, E. C. (org). **Qual o paraíso? Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal**. UFMS. Campo Grande, 2001.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação do estudo do Turismo**. 2ª Ed. In Coleção Turismo, São Paulo: Papirus, 1997.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Turismo “alternativo” em Argentina: uma nueva forma de consumo Del patrimônio natural?** Texto distribuído pelo autor no 1º Encontro Nacional de Turismo com base local. São Paulo: USP/ Departamento de Geografia, 1997.

BERRÍOS, M. R. O lixo nosso de cada dia. In: Campos, J. O., Braga, R. e Carvalho, P. F., (Orgs). **Manejo de resíduos sólidos: pressuposto para a gestão ambiental**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – IGCE – UNESP, 2002.

BEZERRA, M. C. L. e FERNANDES, M. A. (coords) **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Consórcio Parceria 21 IBAM – ISER – REDEH, 2000. P. 155.

BEZERRA, Marigô Regina Bittar. **Políticas públicas de saneamento básico no bairro Nova Lima na cidade de Campo Grande/ MS**. Monografia de Especialização (Curso de Especialização à Distância em Direito Sanitário para Membros do Ministério Público e da Magistratura Federal) Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

BOITEUX, Bayard do Couto. WERNER, Maurício. **Planejamento e organização do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1 – 92 a 52 – 2006 e pelas emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 64 – 94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Folha SF. 21** Campo Grande; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.

CAIXETA, D. M. **Geração de energia elétrica a partir da incineração de lixo urbano: o caso de Campo Grande/ MS**. Monografia Especialização (Especialização em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2005.

CARNEIRO, Kátia Saraiva. FARIA, Dóris Santos de. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília, editora Universidade de Brasília, 2001.

CETESB. **Balneabilidade das praias paulistas** – relatório Governo do Estado de São Paulo. 1989.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **A significância da teoria de sistemas em geografia Física**. In: **Boletim de geografia Teorética**, Rio Claro, v.16 – 17, n. 31-34, p. 119-128, 1987.

\_\_\_\_\_. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edigard Blücher LTDA, 1999.

CLAVAL, Paul. A Geografia e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: Becker, K. Bertha e Miranda, M. **A geografia do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CONSTANZA, R. Toward operational definition of ecosystem health. In CONSTANZA, R. HASKEL, B. D. NORTON, B. G. (ed) **Ecosystem Health: new goals for environmental management**. Island Press, Washington, DC, 1992.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DENKER, Ada de Freitas Marreti. (coord). **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.

DIAS, Reinaldo. CASSAR, Maurício. **Fundamentos do Marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Manual de Municipalização do turismo**. Brasília: Embratur, 1998.

ESPÍNDOLA, E.L.G. et. al. – **A bacia hidrográfica do córrego monjolinho**. RIMA. USP- Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2000.

FACINCANI, Edna Maria; ASSINE, Mario Luis; SILVA, Aguinaldo; ARAÚJO, Hiran Zani Bruno César; MIRANDA, Grazielle Munis. **Geomorfologia fluvial do leque do rio Aquidauana, borda sudeste do Pantanal, MS**. Anais 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande, Brasil, 11-15 novembro 2006, Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p.175-181.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: Uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (*et al*) 1910 – 1989. **Miniaurélio de Holanda Ferreira. Coordenação de edição: Margarida dos Anjos**. 4ª ed. ver. Ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERRETI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente: Uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto, 1949. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRIMBERG, E. e BLAUTH, P. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Polis, 1998. P. 104.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GUIMARÃES, Dennys Henares. QUEIROZ, Weverton Maciel de. **Gestão e planejamento turístico para o desenvolvimento econômico de Aquidauana**. (Monografia – Bacharelado em Turismo) Aquidauana: UFMS, 2003.

IBAMA. **Coletânea de legislação do Direito Ambiental Federal e do Estado de Mato Grosso do Sul**. 2006.

LAGE, Beatriz Helena Gelas (org). **Turismo, hotelaria & lazer**. São Paulo (Atlas), 2004.

LARROQUE, Johnny Machado e BARRETO, Reginaldo Medeiros. **Impactos ambientais no balneário Betone, Bodoquena/ MS**. Monografia (Curso de Bacharel em Turismo) UFMS. Aquidauana, 2007.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEIPER, N. Citado em Pigram, J. & Jekin, J. M. (1999), **Outdoor Recreation Management**. P. 227, Routledge, 1995.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARIANI, M. A. P. **Geografia e turismo no paraíso da águas: o caso de Bonito**. Tese (Doutoramento). São Paulo: USP, 2000.

MATHIAS, Cláudio. **Município de Dois Irmãos do Buriti**. (Trabalho acadêmico – curso de Geografia) Aquidauana: UFMS, 2003.

MENDONÇA, Francisco. Diagnóstico e análise ambiental de microbacia hidrográfica: proposição metodológica na perspectiva do zoneamento, planejamento e gestão ambiental. In: **RA 'E GA: O Espaço Geográfico em Análise. E. UFPR**. n.º 3. Ano III. 1999.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

MIDAGLIA, C. L. V. **Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias** (1987) In: LEMOS, Amália Inês G. de. (org). **Turismo: Impactos socioambientais**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MOLINA, E. Sérgio; ABITIA, S. R. **Planificación integral del turismo**. México: Trilhas, 1987.

NETO, João Cândido André da Silva. **Subsídios para análise ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Guanandy, Aquidauana/ MS**. Monografia. UFMS, Bacharelado em Geografia, 2005.

PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: Planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PINTO, A. L. **Saneamento básico e suas implicações na qualidade das águas subterrâneas da Cidade de Anastácio (MS)**. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual Paulista/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1998.

PINTO, André Luiz. CARVALHO, Elisângela Martins de. SILVA, Priscila Vargas da. **Riscos naturais e carta de riscos ambientais: um estudo de caso da bacia do Córrego Fundo, Aquidauana/ MS**. (artigo) UFMS, 2007.

PIRES, J.S.R.; SANTOS, J. E. dos. **Bacias hidrográficas: integração entre meio ambiente e desenvolvimento.** Ciência Hoje. V. 19, n. 110. p. 40 – 45. 1995.

PORTUGUEZ, A. P. *et al.* **Turismo no espaço rural – enfoque e perspectivas.** São Paulo: ROCA, 2006.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana Ontem e Hoje.** Tribunal de Justiça de MS. 1992.

RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo Rural.** São Paulo, Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Juliano Davi. **Os impactos ambientais do turismo de pesca na região do Distrito de Piraputanga.** (Monografia – Bacharelado em Turismo) Aquidauana: UFMS, 2003.

ROSA, Rosilene de Oliveira. **Patrimônio natural e cultural, atividade turística e Políticas Públicas para o desenvolvimento local sustentável de Aquidauana – MS.** Dourados: UFMS (Dissertação), 2004.

SANT'ANNA NETO, J. L. O Caráter Transicional do Clima e a Diversidade da Paisagem Natural na Região de Aquidauana. In: **II Semana de Estudos Geográficos: Desenvolvimento e Geografia.** Aquidauana. Anais... UFMS/CEUA, v.1 1993.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Cleber Farias da. ACOSTA, Ricardo Silva. Pesquisa sobre os 77 municípios de Mato Grosso do Sul. (Trabalho acadêmico – curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado) Aquidauana: UFMS, 2005.

SILVA, Jorge Xavier da. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** CHRISTOFOLETTI, Antonio. BECKER, Bertha K. VIDOVICH, Fany R. da. GEIGER, Pedro P. (org) 2ª ed. Editora Hucitec. São Paulo – Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. **O sistema de Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos domiciliares em Aquidauana/ MS.** UFMS – Dissertação de Mestrado em Geografia – novembro, 2005.

SILVA, Priscila Vargas da. **Planejamento participativo integrado – uma proposta para o turismo: o caso da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana - MS**. Aquidauana: UFMS (Dissertação), 2007

SWARBROOKE, John (*et al*). **Turismo de aventura: conceitos e estudos de caso**. Tradução Marise Philbois Toledo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TRICART, J. A. A Geomorfologia nos Estudos Integrados de Ordenação do Meio Natural. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, out./dez, 1976.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. (coleção ABC do Turismo) São Paulo: Aleph, 2003.

UNTEN, Rogério Wisley Shigucaki. **Políticas Públicas de Turismo no município de Aquidauana**. (monografia – Bacharelado em Turismo). Aquidauana: UFMS, 2004.

VALENTE, M.A. – **Potenciais Pontos Ecoturísticos do Distrito de Camisão e Aquidauana/MS**, Monografia (Especialização em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Universitário de Aquidauana, 1999.

VEJA. “A fronteira final”.**Revista Veja**. Ed de 11 de abril de 2007.

XAVIER, Herbe. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In BARRETO, Margarita e TAMANINI, Elizabete (org). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

**Levantamento rápido de espécies arbóreas ocorrentes em cerrado sensu strictu do Condomínio Solar da Serra nov/2002 – jan/2003**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/meio/eugenioneto.htm>. Acesso em: 30/04/2008; 10:35h.

**Lista de Árvores Nativas do Brasil**. Disponível em: [http://www.cepen.com.br/arvore\\_nat\\_list.htm](http://www.cepen.com.br/arvore_nat_list.htm). Acesso em: 30/04/2008; 10:40h.

**Referências do Filme Uma Verdade Inconveniente**. Disponível em: <http://br.cinema.yahoo.com/filme/13687/umaverdadeinconveniente>. Acesso em: 30/04/2008; 10:50h.



**APÊNDICE I****QUESTIONÁRIO PARA AS PROPRIEDADES**

1. Nome do proprietário: \_\_\_\_\_

2. Naturalidade: \_\_\_\_\_

3. Há quanto tempo reside na região: \_\_\_\_\_

4. Por que adquiriu as terras em questão:

herança  interesse na pecuária ou agricultura

interesse turístico

5. Mora no local? Se não, onde?

sim  não \_\_\_\_\_

6. Nível de escolaridade:

ensino fundamental incompleto  ensino fundamental completo

ensino médio incompleto  ensino médio completo

ensino superior incompleto  ensino superior completo

---

***Conhecendo a propriedade***

1. Nome da propriedade: \_\_\_\_\_

2. Localização: \_\_\_\_\_

3. Quais as atividades econômicas desenvolvidas:

pecuária \_\_\_\_\_  agricultura \_\_\_\_\_

turismo \_\_\_\_\_





---

---

---

18. Por que não há tanta propaganda desses estabelecimentos no município sede?

---

---

---

19. Essa população autóctone não poderia estar mantendo uma ocupação média desses empreendimentos, já que Aquidauana não oferece tantas opções de lazer, lembrando que esses estabelecimentos já citados não se encontram tão distante da cidade?

---

---

---

20. Onde são efetuadas as compras da estância?

### ***MEIO AMBIENTE***

1. Quantos hectares a propriedade possui?

---

---

---

2. Quantos destinados ao turismo?

---

---

3. Qual o tipo de turismo implantado?

( ) ecoturismo ( ) turismo de pesca ( ) agro-turismo ( ) turismo rural

( ) outros

---

4. Que modificações foram realizadas para a implantação dessa atividade?

---

---

---

5. Baseado no lucro da propriedade, quantos por cento (%) são reinvestidos?

---

---

---

6. No caso do “ecoturismo” há uma necessidade de um ambiente conservado; se for o interesse da propriedade, quais as providências tomadas para reconstituir um ambiente deteriorado pelo sistema turístico de pesca, que teve seu auge no estado e pela utilização do solo através das atividades agropecuárias?

---

---

---

7. Todas as propriedades em questão são banhadas pelo rio Aquidauana, rio esse que atrai animais que faz a atração de alguns empreendimentos. Há algum projeto em relação à conservação desse rio, a exemplo do projeto “Amigos do Mimoso” em Bonito? Se não há qual a possibilidade (interesse) de implantar algum?

---

---

---

8. Como é realizado o sistema de coleta de lixo?

---

---

---

9. Há fossas sépticas? Houve alguma consultoria ou vistoria para a implantação das mesmas?

( ) sim                      ( ) não De quem: \_\_\_\_\_

10. O proprietário participa de algum projeto ambientalista?

( ) sim                      ( ) não Qual:

\_\_\_\_\_

11. Há visitas de biólogos para controle ambiental do local?

( ) sim                      ( ) não Com que frequência: \_\_\_\_\_

12. Há sistema de ceva no local:

( ) sim                      ( ) não De \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ maneira:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## FUNCIONÁRIOS

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Cargo ocupado: \_\_\_\_\_

3. Há quanto tempo trabalha na estância:

menos de 1 ano                       entre 1 e 3 anos     mais de 3 anos

4. Há quanto tempo trabalha com a atividade turística:

menos de 1 ano                       entre 1 e 3 anos     mais de 3 anos

5. Nível de escolaridade:

ensino fundamental incompleto                       ensino fundamental completo

ensino médio incompleto                       ensino médio completo

ensino superior incompleto                       ensino superior completo

---

6. Fez algum curso profissionalizante para exercer sua atual função:

sim     não    Qual: \_\_\_\_\_

7. Naturalidade:

\_\_\_\_\_

8. Possui algum dependente, onde?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE II****ENTREVISTA – SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE/ AQUIDAUANA/  
MS**

1 – Nome completo: \_\_\_\_\_

2 – Cargo Ocupado: \_\_\_\_\_

3 – Grau de instrução:

\_\_\_\_\_

4 – Qual a função dessa secretaria?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5 – Qual os problemas enfrentados por essa secretaria?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 – Como se encontra o processo de fiscalização? As pessoas responsáveis recebem algum treinamento específico? É exigido deles alguma especialização específica?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7 – O que tem a dizer sobre as propriedades turísticas de Aquidauana e região em relação ao comprometimento com o ambiente?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 – Que controle essa secretaria possui em relação às propriedades acima referenciadas?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 – Qual é a frequência da realização de fiscalizações?

---

---

---

10 – O que tem a dizer sobre a responsabilidade socioambiental de empresários da região e os órgãos públicos responsáveis?

---

---

---

**APÊNDICE III**

## ENTREVISTA – POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL/ AQUIDAUANA / MS

1 – Nome/ posto ou graduação:

---

2 – Grau de instrução:

---

3 – Sabendo do convênio PMA E SEMA como são realizadas as fiscalizações, principalmente no entorno do rio Aquidauana?

---

---

---

4 – Quais os problemas mais comuns?

---

---

---

5 – A PMA enfrenta problemas para fiscalizar? Quais?

---

---

---

6 – Os policiais recebem treinamento específico?

---

---

---

7 – Como são realizados os processos em relação a multas e embargos?

---

---

---



**ANEXO I****INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO/ AQUIDAUANA- MS**

Em atenção à sua solicitação através do Memorando 004/2003, informamos a respeito dos seguintes dados:

1) Relação de Funcionários: Secretária – Mary Stella Martins de Oliveira

Chefe de Gabinete: Simone Leite de Oliveira

Agentes Administrativos: Cássia Regina Breve Dias  
Ferreira

Enio Penajo Góes

Francisco Maciel de Castro

2) Função da Secretaria: Conforme designado pela Lei Municipal nº 1774/2000, de 18 de dezembro de 2000:

I – Elaborar e acompanhar o desenvolvimento e o desempenho dos programas e projetos de turismo;

II – Elaborar e organizar o Roteiro Turístico e o Calendário Turístico, valendo-se, principalmente, dos nossos sítios naturais:

a) Rios;

b) Pantanal;

c) Montanhas;

d) Lagoas;

e) Comunidades indígenas.

III – Promover e incentivar o turismo ecológico;

IV – Incentivar a construção de hotéis e similares, com objetivos turísticos;

V – Incentivar a implantação de restaurantes turísticos, para oferecerem comidas típicas regionais;

VI – Promover palestras em clubes, associações de classes e especialmente em escolas, objetivando transmitir aos jovens, maneiras adequadas no trato aos turistas, fonte de renda alternativa;

VII – Executar campanhas promocionais, através dos meios de comunicação de massa, folhetos, cartazes, etc;

- VIII – Orientar incentivar a cultura nas comunidades indígenas;
- IX – Estimular os esportes hípicas e turísticos, incluir suas competições nos festejos da cidade;
- X – Organizar e promover o carnaval de rua dando incentivos às Escolas de Samba;
- XI – Organizar e promover os desfiles colegiais e militares, nas datas cívicas;
- XII – Promover encontros cívicos e festivos dos funcionários municipais objetivando o seu conagraamento;
- XIII – Programar e orientar a prática do lazer nas vilas, nos distritos, nos conjuntos habitacionais e nas comunidades indígenas;
- XIV – Elaborar projetos para a construção de núcleos de lazer para a população de baixa renda;
- XV – Tomar iniciativa na execução de quaisquer projetos incluídos nas atividades desta unidade administrativa.

### 3) Informações atualizadas sobre Aquidauana:

Aquidauana é um município localizado na porção oeste do Estado, possui uma área de 17.008,5 Km<sup>2</sup>, e uma população, segundo o censo de 2000, de 43.440 habitantes. Dista a 136 Km da capital, Campo Grande, com acesso a ela pela BR 262, sentido leste, rodovia que também liga às cidades de Miranda e Corumbá, sentido oeste. Possui também acesso pela BR 419, que no sentido Sul, liga às cidades de Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bela vista e Bonito, e a sentido norte, trecho sem pavimentação, liga às cidades de Rio Negro, Rio Verde do Mato Grosso e ao Pantanal do rio Negro. Temos ainda o acesso aos distritos de Camisão e Piraputanga, pela Rodovia MS 450, ao de Cípolândia e aldeia do Limão Verde, pela Estrada MS 345, a região do Pantanal do rio Negro (fazendas Barra Mansa, Rio Negro, etc) pela MS 170, às pousadas localizadas a margem esquerda do rio Aquidauana, pela estrada AQN 4. ao distrito de Taunay, pela BR 262, sentido Miranda e posteriormente pela estrada AQN 7. Possui dois aeroportos, o Municipal, denominado General Canrobert, com pista pavimentada de, aproximadamente, 1.300 m, e o pertencente ao Aeroclube de Aquidauana, denominado Ciriaco da Costa Rondon, com a pista sem pavimentação de, aproximadamente, 1.200 m. Recebe o serviço regular das empresas de transporte rodoviário Expresso Mato Grosso (para Campo Grande, Miranda, Terenos e Bodoquena), Andorinha (para Campo Grande, Miranda, Corumbá, São Paulo, Rio de Janeiro) e Cruzeiro do Sul (Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bela Vista, Bonito e

Porto Murtinho), o transporte aéreo é realizado, principalmente, através do aeroclube de Aquidauana.

### **Hotéis, Pousadas e Pesqueiros**

- Hotel Fluminense, Rua Teodoro Rondon, 865, centro, fone 241-5091
- Hotel Santa Izabel, Rua Manoel Aureliano da Costa, 674, centro, fone: 241-5798
- Hotel Aquidauana Palace, rua Manoel Antonio Paes de Barros, 904, centro, fone: 3596
- Hotel Tropical, Rua Manoel Aureliano da Costa, 630, centro, fone: 241-4113
- Portal Pantaneiro Hotel, rua Pandiá Calógeras, 1067, centro, fone: 241-4328
- Hotel Bela Vista, rua 7 de setembro, 1093, fone: 241-6447
- Hotel Pousada Imperial, Rua Bichara Salamene, 552, centro
- Hotel de Trânsito de Aquidauana, rua 7 de setembro, 1575, Guanandy, fone: 241-1600
- Lord Hotel, rua Manoel Antonio Paes de Barros, 739, centro, fone: 2512
- Escobar Hotel, rua Marechal Mallet, 1850, Guanandy, fone: 241-2078
- Pousada Estação Figueira, rua Leonel Alves Correa, 63, Bairro Alto, fone: 241-1342
- Hotel Pantanal, rua Estevão Alves Correa, 2011, Bairro Alto, fone: 241- 8109
- Lucarelli Hotel e Pensionato, Rua Assis Ribeiro, 647, Bairro Alto, fone: 241-2588
- Hotel Pesqueiro Aquidauana, Rua Candido Mariano, 314, fone: 241-1406
- Pousada Aguapé, fone: 686-1036 / 9986-0351
- Fazenda Hotel Recanto das Emas, fone: 241-6180
- Pousada Pequi, fone: 686-1042
- Pousada Barra Mansa, fone: 325-6807
- Pousada Fazenda Carandá, fone: 321-5406
- Fazenda Rio Negro, fone: 326-0002
- Pousada Pantanal Safári, fone: 324-8237
- Pousada Campo Lourdes, fone: 326-6811
- Pousada Araraúna, fone: 348-8191
- Pousada Santa Shopia, fone: 686-2025 / 241-2844
- Pousada Cachoeira do Campo, fone: 321-2245
- Pousada Toca da Onça

- Pousada Serrano
- Pousada da Floriania
- Pousada do Predrialli
- Pesqueiro do Ely
- Itajú Camping

### **Pontos Turísticos**

- Ponte Roldão Carlos de Oliveira – Ponte Velha

- Complexo Religioso:**
- Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição
  - Casa Paroquial Padre José May – Casa dos Padres
  - Colégio Parochial – Instituto de Educação Aquidauanense

- Casario:**
- Câmara Municipal de Aquidauana
  - Casa do Sr. Akira Icety
  - Escola Irene Cicalise
  - Casa do Sr João Ferreira Garcia
  - Casa Bom Gosto
  - “A Primavera”
  - Casa do Sr Estevinho
  - Escola Estadual Antônio Correa – Colégio Modelo
  - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
  - Museu de Arte Pantaneira “Rubens Correa”
  - Centro Cultural Décio d’Oliveira
  - Edifício Bichara Salamene
  - Casa do Artesão
  - Mercado Municipal
  - Estação Ferroviária e Pátio
  - 9º BEComb: - Monumentos
    - Museu da 2ª Guerra Mundial
  - Igreja Presbiteriana
  - Igreja Batista
  - Busto dos Fundadores:      - Praça Nossa Senhora da Imaculada Conceição

- Praça dos Estudantes

- Feira dos Índios
- Avenida Pantaneta
- Associação Regional Paraguaia de Aquidauana – ARPA
- Parque de Exposições – Sindicato Rural de Aquidauana
- Fazenda Guanandy
- Clube do Laço Pantaneiro
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Monumentos:
  - Monumento do Centenário – Portal do Pantanal
  - Obelisco 1892-1944
- Fazenda Taboco
- Ruínas de Santiago de Xerez
- Sítios Arqueológicos
- Colônia de Férias da Associação Comercial e Industrial de Aquidauana e Anastácio
- Aldeias Indígenas de Taunay e Limão Verde: artesanato e dança
- Igreja de Santo Afonso – Aldeia Limão Verde

**Naturais**

- Parque da Lagoa Comprida
- Parque do Pirizal
- Parque do João Dias
- Rio Negro
- Rio Taboco
- Rio Aquidauana
- Morrinho
- Reserva Ecológica do Campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Distrito de Camisão:
  - Morro do Paxixi
  - Corredeira do Rio Aquidauana
  - Cachoeira do Morro do Paxixi
- Distrito de Piraputanga:
  - Corredeira do Rio Aquidauana
  - Furnas da Encosta da Serra de Maracajú

4) Informações sobre as Escolas Municipais: Ver informações junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

5) Endereço e e-mail: Rua Candido Mariano, 442, centro, fone/fax: 241-7417  
E-mail: [sectur.aquidauana@bol.com.br](mailto:sectur.aquidauana@bol.com.br)

6) Resumo Biográfico:

Criada através da Lei Municipal 1774/2000 de 18 de dezembro de 2000, pelo então prefeito, Raul Martines Freixes, passa a atuar no início do ano seguinte, organizando eventos e participando de eventos a nível estadual, para divulgar os atrativos de nosso município. Os principais eventos organizados pela Secretaria foram, Feira dos Índio, Roda de Tereré, Concurso de Contos, Cavalgada Ecológica, Limpeza do Rio Aquidauana, Limpeza da Lagoa Comprida, Oficinas do Programa Nacional de Desenvolvimento de Pesca Amadora, Oficina de Pesca Mirim, Campeonato de Speed Way, Desfile e Concurso de Carnaval de Rua, Oficina de Ecoturismo, entre outros.

7) Agenda de Eventos para Agosto:

Exposição Agropecuária – 36ª Expoaqui

Desfile Cívico do aniversário da cidade

Eventos no Centro Cultural Décio d'Oliveira (a confirmar com Deptº de Cultura)

8) Informações sobre o Museu: O Museu de Arte Pantaneira está ligado à Secretaria Municipal de Educação, Cultural e Esporte.

**Relação dos Hotéis, Pousadas e Pesqueiros****Urbanos****Hotel Fluminense**

Endereço: R. Teodoro Rondon, 865 – Centro

Fone/Fax: 241- 5091

**Hotel Santa Isabel**

Endereço: R. Manoel Aureliano da Costa , 674 – Centro

Fone/Fax: 241- 3214; 241- 5798

**Hotel Aquidauana Palace**

Endereço: R. Manoel Antônio Paes de Barros , 904 – Centro

Fone/Fax: 241- 3596

**Hotel Tropical**

Endereço: R. Manoel Aureliano da Costa , 630 – Centro

Fone/Fax: 241- 4113; 241- 1998

**Portal Pantaneiro Hotel**

Endereço: R. Pandiá Calógeras , 1067 – Bairro Alto

Fone/Fax: 241- 4328

**Hotel Bela Vista**

Endereço: R. 7 de Setembro , 1093 – Centro

Fone/Fax: 241- 6447

**Hotel Pousada Imperial**

Endereço: R. Bichara Salamene , 552 – Centro

**Hotel de Trânsito de Aquidauana**

Endereço: R. 7 de Setembro , 1575 – Guanandy

Fone/Fax: 241- 1600 Ramal:307

**Lord Hotel**

Endereço: R. Manoel Antonio Paes de Barros, 739 – Centro

Fone/Fax: 241-2512

**Escobar Hotel**

Endereço: R. Marechal Mallet, 1850 – Centro

Fone/Fax: 241-2078

**Pousada Estação Figueira**

Endereço: R. Leonel Alves Correa, 63 – Bairro Alto

Fone/Fax: 241-1342

**Hotel Pesqueiro Aquidauana**

Endereço: R. Candido Mariano, 314 – Centro

Fone/Fax: 241-1406

**Pousada Portal da Serra**

Endereço: R. Marechal Mallet, 855 – Centro

Fone/Fax: 241-1809

**Motel Pântano**

Endereço: R. Oscar Trindade de Barros, 484 – Exposição

Fone/Fax: 241-6713

**Rurais****Pousada Aguapé**

Localização: Estrada da Margem Esquerda

Fone: 686-1036

**Fazenda Hotel Recanto das Emas**

Localização: Estrada da Barra Mansa

Fone: 241-6180

**Pousada Pequi**

Localização: Estrada da Margem Esquerda

Fone: 686-1042

**Pousada Barra Mansa**

Localização: Estrada da Barra Mansa

Fone: 383-5088

**Pousada Fazenda Carandá**

Localização: Estrada da Margem Esquerda

Fone: 321-5406

**Fazenda Rio Negro**

Localização: Estrada da Barra Mansa

Fone: 326-0002

**Pousada dos Monteiros**

Localização: BR 419 Aquidauana-Rio Negro

Fone: 324-8237

**Pousada Campo Lourdes**

Localização: Acesso no Km 115 da BR 419 Aquidauana-Rio Negro

Fone: 326-6811

**Pousada Araraúna**

Localização: Acesso no Km 115 da BR 419 Aquidauana-Rio Negro

Fone: 348-8191

**Pousada Santa Sophia**

Localização: Estrada da Barra Mansa

Fone: 686-2025

**Pousada Santa Cruz**

Localização: Estrada de Taunay

Fone: 686-1016

**Pousada 23 de Março**

Localização: Acesso por Miranda

Fone: 321-4737

**Pousada Cachoeira do Campo**

Localização: Estrada Aquidauana-Camisão

Fone:

**Pousada do Pedrialli**

Localização: Estrada Piraputanga-Palmeiras

Fone: 257-1007

**Camping Baía**

Localização: Estrada da Margem Esquerda

Fone: 9986-0216

**Pousada Toca da Onça**

Localização: Estrada da Barra Mansa

Fone: 9986-0538

**Pousada e Pesqueiro Itajú**

Localização: Estrada da Margem Esquerda

Fone: 9986-1334

**Rancho do Ely**

Localização: Estrada da Camisão Piraputanga

Fone: 235-1047

**Posadas das Araras**

Localização: Estrada da Colônia de Férias

Fone: 241-2828

Secretaria Municipal de Turismo

Rua Cândido Mariano, 442 – Centro

Fone/Fax: (67) 241-7417

[www.aquidauanatur.com](http://www.aquidauanatur.com)